

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Fundação Getúlio Vargas – Vol. 26 – Nº 04 – Abril 2006 – R\$ 12,00



EAESP
EESP
IBRE



ESPECIAL CIÊNCIA PARA A VIDA

Aos 33 anos, a Embrapa mostra novas tecnologias e pesquisas



PREÇOS AGRÓPECUÁRIOS

Garantem inflação mais baixa

SAFRA

Pacote tenta reduzir
crise dos grãos

A garantia de que sua família precisa para continuar colhendo bons frutos.

O Seguro Ouro Vida Produtor Rural é um seguro que tem como objetivo quitar ou abater dívidas de operações de Crédito Rural em caso de morte natural ou acidental do segurado. Se a indenização do seguro for maior que o saldo da dívida, o valor restante será pago ao cônjuge ou, na sua falta, aos herdeiros legais. Procure seu gerente Banco do Brasil ou ligue para 0800-729-7000.

O tempo
todo com
VOCÊ



O agronegócio é o seguinte

Fase de superação

EM meio a uma comercialização complicada da safra de grãos, com preços baixos e resultados negativos para os produtores, é natural o clima de preocupação no campo. O fraco resultado do agronegócio já se reflete em muitas cidades do interior do Brasil, com a queda das vendas do comércio e da arrecadação de tributos, entre outros impactos. Pior ainda: as dificuldades também chegaram ao setor de carnes, afetado pelos embargos dos importadores devido à febre aftosa e à queda do consumo mundial, por causa da gripe aviária.

A renda da agropecuária caiu em 2005, principalmente nas lavouras, já que o faturamento da pecuária ficou praticamente estável. Para este ano, há previsão de nova perda no valor bruto da produção. Estamos 'no olho do furacão': um período de ajuste e aperto na liquidez. Os elos das cadeias produtivas devem estar preparados para longas e duras repactuações. O pacote de ajuda anunciado pelo governo vem em boa hora, mas não atende às pretensões iniciais pleiteadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A Lei de Política Agrícola apregoa que o abastecimento alimentar é condição básica para garantir a tranquilidade social, a ordem pública e o processo de desenvolvimento econômico e social do campo. Mas para cumprir sua função social, estabelecida na Constituição Federal, a atividade rural deve ter, conforme o Artigo 187 da Constituição Federal, "instrumentos creditícios" próprios, "seguro agrícola" e, principalmente, "preços compatíveis com os custos de produção e garantia de comercialização".

Entre as políticas econômicas implementadas no País, o complexo agroindustrial da soja serve como exemplo emblemático dos desacertos. O principal deles, sem falar do câmbio, se refere à questão tributária. A aplicação da Lei Kandir não foi completa para os derivados e desonerou apenas o grão. A prevalecer tal situação, o Brasil estará fadado a ser exportador de matéria-prima para a Argentina, que industrializa e exporta produtos com maior valor agregado. Existe ainda o aspecto dos créditos retidos na cobrança interestadual do ICMS. As grandes corporações fecham suas plantas industriais, e a soja, carro-chefe da produção de grãos, começa a ficar completamente inviabilizada.

Questões relevantes no mercado internacional, como a qualidade e a sanidade dos alimentos, serão alvo de defesa não-tarifária. As exportações de mel do Brasil acabam de ser sustadas pela União Européia, sob o argumento de o produto não atender a requisitos relativos a resíduos químicos. A proibição vai durar quase um semestre, embora até hoje nunca houvesse problema com produtos nacionais e o MAPA esteja implantando um programa específico.

Em busca de um melhor desempenho no mercado internacional e maior acesso ao mercado, o Brasil deve uniformizar a sua linguagem. O Protocolo de Cartagena, que trata da movimentação trans-fronteiriça de organismos vivos modificados, teve diferentes posições entre os próprios órgãos do governo. O Brasil é a única nação, com força na exportação agrícola, que assinou o tratado, cujas cláusulas oneram o custo e prejudicam a competitividade das vendas externas.

Levantamentos recentes baseados nos dados da PAM (Pesquisa Agrícola Municipal), realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de 2003 e 2004, apresentam um quadro interessante sobre a dispersão da produção agrícola em nosso território. Com um espaço geográfico diversificado, que compreende diversos climas e solos, o Brasil tem uma elevada concentração de cultivos nos municípios quanto ao valor da produção. O tema é um dos assuntos desta edição.

A cadeia sucroalcooleira continua a se destacar, diante de um aquecimento generalizado da produção e do consumo (interno e externo). Os preços estão favoráveis para o açúcar e para o álcool. A pergunta é: para onde o usineiro vai direcionar a sua produção?

Mais uma vez, em **Agroanalysis**, o caderno especial Ciência da Vida, que marca o aniversário da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. A EMBRAPA é credora de um imenso voto de confiança, para que a tecnologia do agronegócio atenda aos anseios de modernidade da sociedade brasileira. Para finalizar, fica o registro do novo projeto gráfico da Revista, no esforço de brindar o leitor com um produto de cada vez melhor qualidade.



Publicação mensal de agribusiness e economia agrícola da Fundação Getúlio Vargas (Escola de Economia de São Paulo - EESP, Instituto Brasileiro de Economia - IBRE e Escola de Administração de Empresas de São Paulo - EAESP).

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano

Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Diretor da FGV-EAESP: Fernando S. Meirelles

Conselho editorial: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, Fernando S. Meirelles, Ivan Wedekin, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Ricardo Conceição e Yoshiaki Nakano

Editor chefe: Antônio Carlos Kfourir Aídar

Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza

Funadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redação

Redator: Bruno Blecher

Arte: André Michelin e Mariana Henriques

Revisão: Solange Aparecida Visconte

Fotos: Getty Images, exceto caderno Embrapa

Secretaria e apoio administrativo: Evandro Jacóia

Faulin, Ivani Fernandes Oliveira e Thiago Paes Brussi.

Publicidade: Representante comercial: Gilberto

Gomes de Alencar, tel.: (11) 3287-4529 e celular (11)

9182-8395, e-mail: gilberto.alencar@terra.com.br.

Contato comercial: Evandro Jacóia Faulin e Thiago

Paes Brussi, tel.: (11) 3281-3220, fax: (11) 3262-3708

e 3281-7891, e-mail: efaulin@fgvsp.br.

Circulação/assinaturas: Evandro Jacóia Faulin, Ivani

Fernandes Oliveira e Thiago Paes Brussi. Outros estados:

0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3281-3220,

fax: 11 3262-3708, e-mail: agroanalysis@fgvsp.br

Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 548,

8o andar, tel.: (11) 3281-3220, fax: 3281-7891



Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br

Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sergio Franklin Quintella

Conselho Diretor:

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sergio Franklin Quintella

Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade, Sérgio Franklin Quintella

Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Felix de Bulhões, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna, Lindolpho de Carvalho Dias, Nestor Jost

Conselho Curador:

Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-Presidente: Pedro José da Matta Machado (Klabin Irmãos & Cia)

Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Carlos Alberto Vieira (Federação Brasileira de Bancos), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Domingos Bulus (White Martins Gases Industriais Ltda), Edmundo Penna Barbosa da Silva, Eraldo Tinoco Melo (Estado da Bahia), Heitor Chagas de Oliveira, Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A.), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A.), Luiz Appolonio Neto (Instituto de Resseguros do Brasil - IRB), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Luiz Eduardo Alves de Assis (Banco CCF Brasil S.A.), Luiz Tavares Pereira Filho (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Capitalização e de Resseguros no Estado do Rio de Janeiro), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Mauro Salles (Publicis Salles Norton), Nicandro Durante (Souza Cruz S/A), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A.), Sérgio Ribeiro da Costa Werlang

Suplentes: Gilberto Duarte Prado, João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Luiz Roberto Nascimento Silva, Marcelo José Basílio de Souza Marinho (Brascan Brasil Ltda), Ney Coe de Oliveira, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston Garantia S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Paulo Mário Freire (Universal Comércio e Empreendimentos Ltda), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Rui Barreto (Café Solível Brasília S.A.), Titto Botelho Martins (Caemi Mineração e Metalurgia S.A.), Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A

Conselho Consultivo:

Cesar Cunha Campos, Daniel Dantas, Eliezer Baptista, Estado de Minas Gerais, Fernando Perrone, Luiz Fernando da Silva Pinto, Roberto Gusmão



A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Ligue

0800 770 88 81

e assine a publicação que melhor acompanha o agronegócio



Especial: Ciência para a vida



EMBRAPA faz 33 anos com novas pesquisas e tecnologias

Abre Aspas

6 Eliseu Alves, pesquisador da Embrapa

9 Macroeconomia

10 Agrodrops

Mercado & Negócios

12 Soja

14 Milho

16 Mel

17 Safra 2005/06

Especial

E1 Caderno Embrapa, Ciência para a vida

Política Agrícola

20 Crédito rural

Sustentabilidade

23 Biossegurança

25 Infra-estrutura

27 Agroenergia

29 Açúcar

Gestão

30 Qualiagro

33 Legislação

34 Produzir

Política Agrícola



Governo lança pacote para minimizar crise dos grãos

Agroenergia



Álcool ou açúcar? Para onde vai a produção?

Infra-estrutura



O desafio da armazenagem

Eliseu Alves, pesquisador da Embrapa:

“Mais responsabilidade com o agronegócio”

por Bruno Blecher

MINEIRO de São João Del Rey, Eliseu de Andrade Alves nasceu na roça. “Só fui ver um carro aos oito anos. Antes disso, só conhecia cavalo”, brinca. Ele dedicou 50 dos seus 75 anos de vida ao serviço público, mais especificamente, à agricultura brasileira.

Como engenheiro agrônomo, trabalhou na Emater-MG e participou da primeira diretoria da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), da qual foi presidente entre 1979 e 1985. Também comandou a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) e foi secretário nacional de Irrigação.

Alves, como um bom homem de campo, continua na ativa. “Trabalho oito horas por dia, inclusive, aos sábados e domingos”, diz ele, que hoje desenvolve trabalhos de pesquisa para a Embrapa.

Para o pesquisador, o governo tem a responsabilidade de manter o agronegócio. “O setor tem uma importância fundamental para o equilíbrio de nossas contas externas e para o abastecimento do mercado interno”, diz.

AGROANALYSIS - O campo hoje é muito diferente do que nos tempos de sua infância em Minas?

ELISEU ALVES - Se o meu avô, que morreu em 1942, voltasse hoje ao campo, ele acharia que estava em outro mundo. Nada do que ele fazia naquele tempo se faz hoje. Ele foi um grande proprietário de terras, mas com uma renda baixa. Mesmo assim, a fazenda tinha muitos empregados e produzia de tudo. A subsistência

dos empregados era produzida na própria fazenda. Os empregados tinham que comprar apenas sal e roupa, mais nada. O excedente de leite e algum porco que sobrava por lá eram vendidos. A agricul-

estamos vivendo agora, de preços baixos, em parte, é provocada pelo governo. Outra parte é consequência do mercado internacional – da gripe aviária, do mal da vaca louca e dos focos de aftosa que



tura da fazenda era totalmente orgânica. Tudo: café, leite e as lavouras. Não tinha agrotóxico para combater carrapato, berne e nem as doenças das plantas.

AGROANALYSIS - A agricultura brasileira alterna ‘tempos de vacas magras com tempos de vacas gordas’. Qual é a razão dessa instabilidade? Não há como evitar esses altos e baixos?

ELISEU ALVES - Parte dessas oscilações é provocada pelo governo. A crise que

ocorreram no Brasil. Há alguns ‘solavancos’ que se devem a fenômenos externos, mas que passam rapidamente. Agora, essa política econômica do governo, embora importante para o ajuste macroeconômico, vem produzindo um desastre. As pessoas mais sensatas não discordam do ajuste macroeconômico. Discordam, sim, da dose. É uma política muito exagerada na área de taxas de juros e de seus reflexos no câmbio. Como consequência desta política, a agricultura, que já era pouco lucrativa, está ‘no vermelho’.

AGROANALYSIS - Quatro anos atrás, a agricultura de grãos estava ganhando muito dinheiro.

ELISEU ALVES - Naquela época, a taxa de câmbio era bem diferente da que temos hoje. Infelizmente, não tem jeito de os agricultores se unirem para evitar que os preços caíam, reduzindo a produção. A falta de sincronização dos produtores também contribuiu para fazer os preços despencarem nas épocas ruins e subirem exageradamente nas épocas boas. Outro ponto que merece ser destacado é o elevado subsídio à agricultura, praticado pelos países mais avançados. Isto traz um grande excedente de produção, o que complica tremendamente o mercado internacional.

AGROANALYSIS - Quais são as consequências da atual crise da agricultura?

ELISEU ALVES - Ela tem um efeito dramático. Os agricultores brasileiros perdem muito dinheiro, e isso afeta a vida econômica de todo o País, principalmente das cidades que têm menos de

“Os agricultores brasileiros perdem muito dinheiro, e isso afeta a vida econômica de todo o País”

100 mil habitantes, que dependem quase que totalmente da agricultura.

AGROANALYSIS - Algumas culturas conseguiram escapar da crise, como no caso da cana-de-açúcar e do café.

ELISEU ALVES - Existem áreas que estão bem, como o café e o açúcar. O café, há quatro anos, estava numa situação péssima. Alguns amigos meus diziam que não valia a pena nem colher. O que aconteceu? Houve o ajuste. A produção mundial caiu, e os preços agora se recuperaram. Mas quando o preço se eleva, rapidamente a produção começa a crescer e, não demora muito, vamos ter outra crise.

AGROANALYSIS - Mas como garantir a estabilidade?

ELISEU ALVES - Isso faz parte da vida. Em produtos como os grãos, de ciclo anual, o ajuste pode ser mais rápido. Mas nas culturas perenes, a coisa é mais complicada. Se você prestar atenção na laranja, há três anos, a cultura viveu uma crise muito séria no Brasil. Mas aí aconteceram os furacões nos EUA, que reduziram a produção. Aqui, no Brasil, muita gente também reduziu os pomares, e entramos num patamar de alta de preços.

AGROANALYSIS - Entre as cadeias produtivas, quais o senhor aponta como as mais modernas, hoje.

ELISEU ALVES - Todas elas se modernizaram nos últimos anos. Há muitos agricultores atrasados, mas as cadeias todas se transformaram. Veja a cadeia

de hortaliças, que é uma das mais fantásticas do ponto de vista de tecnologia. A maturidade destes produtores cresceu muito, nos últimos dez anos. A cadeia de leite, que sempre foi resistente a mudanças, depois que o governo saiu do mercado, se modernizou rapidamente. Outra cadeia que custou muito a se modernizar foi a de gado de corte. A pecuária era uma atividade extensiva, mas em função do crescimento da soja e do milho, o custo alternativo de produzir boi começou a aumentar muito. É possível produzir boi ou produzir soja. O pessoal que está nessas áreas, em que as terras podem se adaptar tanto à produção de grãos como à produção de carne, teve que melhorar sensivelmente a produtividade para que o boi pudesse competir com o grão. O que está acontecendo agora? Esta tal pecuária extensiva, que não gosta de competir com lavouras, está migrando rapidamente para a região Amazônica, e faz este barulho todo que está hoje na imprensa. Mas isso não tem toda essa importância que a imprensa está dando.

AGROANALYSIS - O avanço da pecuária na Amazônia não o preocupa?

ELISEU ALVES - Não. Eles já estão em áreas devastadas. Além disso, a área que a pecuária ocupa com pastagens na Amazônia é relativamente pequena.

AGROANALYSIS - Quais são as perspectivas do agronegócio brasileiro?

ELISEU ALVES - Existe hoje uma enorme capacidade de produção instalada na

“As pessoas mais sensatas não discordam do ajuste macroeconômico. Discordam, sim, da dose”

agricultura mundial. Como consequência disso, a produtividade, a produção e a competitividade atingiram níveis tão altos, que a rentabilidade do negócio ficou muito baixa para os produtores. Isso acontece não só no Brasil, mas no mundo todo. É lógico que, nos países civilizados, o governo protege com subsídio os seus agricultores. Sendo baixa a rentabilidade, obviamente, o governo tem a responsabilidade de manter o agronegócio. Principalmente, em razão de o agronegócio ter uma importância fundamental para o equilíbrio de nossas contas externas e para o abastecimento do mercado interno.

AGROANALYSIS - O que o governo deve fazer?

ELISEU ALVES - O mínimo que ele deve fazer é não atrapalhar a agricultura. A política macroeconômica tem que considerar as necessidades do agronegócio. Em segundo lugar, o governo deve partir para uma política mais ativa, no sentido de estimular as exportações brasileiras. À medida que encaminhamos o excedente da produção agrícola para o mercado externo, estamos conseguindo duas coisas: obter renda para o País e evitar as quedas dos preços internos, e, conseqüentemente, reduzir o êxodo rural.

AGROANALYSIS - O que o senhor propõe para estimular as exportações agrícolas?

ELISEU ALVES - Temos que unir o governo com a iniciativa privada e fazer com que os dois busquem o mercado internacional. O excedente é uma dor de cabeça para todos os países avançados do mundo. Os governos estão envolvidos 'dos pés à cabeça' para exportar mais. Há muitas coisas que podem ser feitas, uma delas é dar subsídios às exportações, como a Europa e os EUA fazem. E existem outras soluções; por exemplo, o mercado de grãos está em crise. Você pode pegar uma parte grande da produção e transformar em bio-

diesel. Ou fazer como os EUA, no caso do enorme excedente de produção de milho – destinar uma parte para a produção de álcool.

AGROANALYSIS - Como o senhor avalia a política atual do governo, na área do agronegócio?

“A produtividade, a produção e a competitividade atingiram níveis tão altos, que a rentabilidade do negócio ficou muito baixa”

ELISEU ALVES - O presidente Lula parece estar com o coração dividido entre o agronegócio empresarial e a agricultura familiar, e acha que quando ele apóia o agronegócio está prejudicando a agricultura familiar. Esta divisão do presidente não tem razão de ser. Isto leva o governo a desviar uma grande parte dos seus recursos para o Ministério de Desenvolvimento Agrário e para a área de meio ambiente, deixando o Ministério da Agricultura sem dinheiro.

AGROANALYSIS - Como o senhor avalia o crescimento da chamada agroenergia?

ELISEU ALVES - Sempre é muito positiva a criação de um novo mercado.

A agricultura está no fio da navalha em termos de lucratividade. E agora está aparecendo uma área que tem uma demanda quase infinita. Ou seja, você não vai 'entupir' o mercado de produtos, porque a demanda é muito grande. Temos que explorar bem essas oportunidades. É uma boa alternativa para o meio ambiente, uma excelente saída para a renda interna do País e também uma boa opção para o mundo. O Brasil não terá nenhuma perda se investir em agroenergia. A única questão que existia, e que ninguém mais tem dúvida, é se ao produzirmos agroenergia estaríamos reduzindo o espaço para a produção de comida. Mas há espaço suficiente para a produção de agroenergia, inclusive, para o aproveitamento de terras degradadas, sem entrar em conflito com a produção de alimentos. Além disso, a agricultura brasileira tem níveis de produtividade ainda baixos. Ou seja, é possível economizar terra, aumentando a produtividade da agricultura. O biodiesel e o álcool são produtos que não têm conflito, servem para o pequeno, médio e grande produtor, e podem ajudar o Brasil a reduzir as importações de óleo diesel.

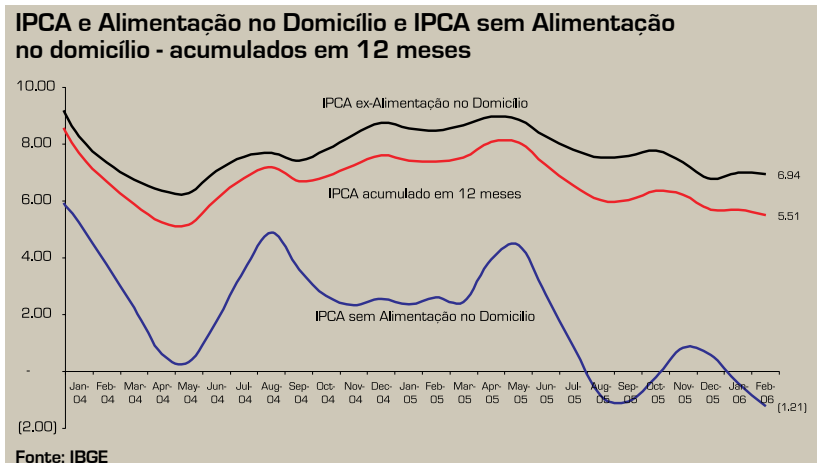
AGROANALYSIS - O senhor participou da criação e também foi presidente da Embrapa. Ela continua na vanguarda da pesquisa agropecuária brasileira?

ELISEU ALVES - A Embrapa é uma grande instituição e continua na vanguarda. O que ocorreu, porém, é que as universidades melhoraram muito, e o setor privado está entrando na área de pesquisas, o que é uma grande novidade, uma tendência. Existe uma grande parte da pesquisa em que, hoje, a Embrapa está envolvida, e que, no futuro, vai ficar por conta do setor privado. Assim, a Embrapa vai poder desenvolver projetos mais fundamentais para a agricultura. Hoje, a Embrapa gasta recursos para desenvolver novas variedades. Isso poderá ficar a cargo da iniciativa particular. ■

Macroeconomia

Âncora verde?

Rogério Mori *
 Andréa Damico **



A dinâmica da inflação no Brasil é complexa. Se muitas teorias foram e são criadas para explicá-la, em apenas algumas não há divergências. São os casos da indexação da economia nos períodos de hiperinflação e da sensibilidade a movimentos na taxa de câmbio, após a abertura comercial promovida no início dos anos 1990. Na condução da política monetária, o Banco Central combate a inércia inflacionária e faz uso do maior efeito do câmbio sobre a inflação.

A partir de 2003, três fatos marcam a dinâmica da inflação:

- Primeiro: o processo de desinflação: o IPCA foi de 12,5%, em 2002, 9,3%, em 2003, 7,6%, em 2004, e 5,7%, em 2005.
- Segundo: o custo de elevadas taxas de juros reais e forte apreciação cambial.
- Terceiro: forte assimetria no comportamento dos preços que compõem o IPCA. Os juros reais elevados e o câmbio afetam de forma distinta os diversos itens do IPCA.

Nos últimos três anos o principal responsável pelo “processo de desinflação” foi sem dúvida a baixa variação dos preços dos alimentos. Enquanto o IPCA acumulou alta de 25,5% no período, os preços administrados mostraram variação acumulada de 37,3%; os semiduráveis (artigos de vestuário, principalmente), de 31,4%, os serviços, de 25,1%, e os da alimentação no domicílio (enquadrado nos não duráveis), com aproximadamente 18% da ponderação do índice, variaram apenas 9,3%.

Já em 2005, este movimento foi ainda mais intenso. Enquanto o IPCA apre-

sentou variação de 5,7%, os preços dos alimentos no domicílio tiveram alta de apenas 0,59% (consideramos apenas a alimentação no domicílio). E ainda mais, nos 12 meses acumulados em fevereiro de 2006, o IPCA acumulou variação de 5,51%, enquanto os alimentos no domicílio variaram -1,21%.

Variação acumulada 2003-2006 (fev-06) no IPCA

Índice cheio	25,5%
Preços administrados	37,5%
Semiduráveis	31,4%
Serviços	25,1%
Duráveis	17,4%
Alimentação no domicílio	9,3%

Fonte: IBGE

A implicação mais direta é que a inflação sem contar a alimentação ainda está “rodando” em torno de 7% no acumulado em 12 meses. Em outras palavras, o baixo patamar de variação dos preços dos alimentos “esconde”, quando se olha apenas para o índice cheio, a rigidez à queda dos demais preços. É bem verdade que estes 7% de inflação acumulada em 12 meses sem alimentação no domicílio contam com um patamar ainda elevado de preços administrados, mas as variações acumuladas em 12 meses, ainda elevadas, dos serviços e dos semiduráveis, merecem ser mencionadas (6,67% e 6,45%, respectivamente).

A resposta mais imediata para explicar as razões desta dinâmica da inflação re-

cente, com baixo patamar de variação dos preços dos alimentos, diz respeito à apreciação do real frente ao dólar.

Os preços dos alimentos são relativamente mais afetados porque possuem uma elevada taxa de repasse da variação cambial e, além disto, este repasse tende a ser mais rápido do que para outros bens.

O mercado de alimentos é:

- Altamente concorrencial;
- Amplamente aberto (tanto em se tratando de trocas quanto no que se refere ao apereamento das *commodities* agrícolas);
- Possui cadeias produtivas relativamente mais curtas.

Mas além do câmbio, ainda que possivelmente em menor magnitude, o arrefecimento dos preços das *commodities* agrícolas no mercado internacional também colaborou para a queda de preços dos alimentos (exceção feita para o café, açúcar, álcool e suco de laranja).

A dinâmica da inflação trouxe, em curto prazo, ganhos sociais inegáveis para as classes menos favorecidas à medida que estas tiveram sua renda real e seu poder de compra majorados. Resta saber se no médio e longo prazos este processo continuará favorável no âmbito social. Afinal, estes novos preços relativos representam forte queda nas taxas de lucro do setor alimentício e do setor agrícola (principalmente), os quais são grandes empregadores e geradores de renda. ■

* Professor e Coordenador do Centro de Macroeconomia Aplicada (CEMAP) da FGV/EESP.

** Mestranda e Auxiliar de Pesquisa do CEMAP da FGV/EESP.



MAIS CAFÉ

O MAPA estima a safra de café 2006/2007 em 40,62 milhões de sacas de 60 quilos. O número representa aumento de 23,3% em relação à produção da safra anterior. Ou seja: 7,67 milhões de sacas a mais. Segundo o diretor do Departamento do Café do Mapa, Vilmondes Olegário, o crescimento se deve principalmente à bianualidade alta no período e à melhoria dos tratamentos culturais. Com os preços em alta, o produtor cuidou melhor da lavoura. De acordo com o levantamento realizado pela Conab, a produção de café arábica deverá ficar em 31,02 milhões de sacas, equivalente a 76,4% e, a do robusta, em 9,6 milhões de sacas, 23,6%.

Ferrugem na soja

Não bastasse o dólar em baixa, o produtor de soja enfrentou também a fúria da ferrugem asiática. Segundo os técnicos da Embrapa, foi o pior ano da doença no Brasil. É que o clima foi extremamente favorável à evolução da ferrugem. Resultado: a produtividade da soja caiu e o custo de produção subiu. A doença atacou principalmente as lavouras de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. A ferrugem já causou prejuízos estimados de US\$ 5 bilhões, desde 2002, considerando os custos da soja, da operação de aplicação e dos produtos, além da perda de arrecadação em função da quebra de produtividade.

SUÍNO NA RÚSSIA

O embargo às carnes brasileiras na Rússia, consequência dos surtos de aftosa ocorridos em Mato Grosso do Sul no final do ano passado, prejudica mais a carne suína. A Rússia é o principal importador do produto brasileiro. No ano passado, o Brasil faturou US\$ 1,6 bilhão com a venda de carnes bovina, suína e de frango para os russos. Mas desta receita, US\$ 1,1 bilhão foi de carne suína. A Rússia já liberou o Rio Grande do Sul do embargo, que continua vigorando para os demais Estados brasileiros, incluindo Santa Catarina, Minas Gerais e São Paulo. Este ano, até março, as exportações para a Rússia sofreram queda de 29% em relação ao mesmo período do ano passado, de 64.131 t para 45.587 t.

A força da Expozebu

Mesmo com a crise na pecuária, a Expozebu, maior feira de gado zebu do mundo, caminha para o sucesso. A Exposição, que começa no dia 29 de abril, precisou ampliar seus pavilhões para abrigar um número recorde de animais (3.000). O número de leilões também cresceu, de 50, em 2005, para 55. Tudo indica que a pecuária de elite de Uberaba supera qualquer crise.

CONTRA A RAIVA

O balanço do Sindan destaca o crescimento da venda de vacinas contra a raiva, que saltou de 77,7 milhões de doses em 2003 para 113,5 milhões de doses no ano passado. Trata-se de uma zoonose de difícil controle, uma vez que o morcego hematófago, principal vetor da doença, é favorecido pelas condições ambientais do País.

Saúde do rebanho

O faturamento da indústria veterinária em 2005 alcançou R\$ 2,112 bilhões, segundo dados divulgados pelo Sindan (Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Saúde Animal). O valor é 7% superior ao registrado em 2004. Deste total, 58% (R\$ 1,287 bilhões) se referem à venda de medicamentos para bovinos. Aves representaram 20% do faturamento e suínos, 8,2%.

SÊMEN SEXADO

A Lagoa, maior central de genética da América Latina, já vendeu mais de 30 mil doses de sêmen sexado. A tecnologia permite ao criador escolher o sexo do animal com mais de 85% de confiabilidade. O laboratório de sexagem de sêmen bovino da Lagoa iniciou suas atividades em setembro de 2005, na cidade de Sertãozinho (SP).

PARCERIA AGROANALYSIS-DCI

A **Agroanalysis**, da Fundação Getúlio Vargas, e o jornal Diário Comércio Indústria e Serviços - DCI firmaram parceria para a publicação de matérias sobre a comercialização da safra 2005/2006 e sobre outras cadeias do agronegócio. Serão abordados, entre outros temas, seguro rural, financiamento agrícola, balança comercial e armazenamento.

Leva e traz

Os mesmos caminhões que estão levando a safra de grãos às agroindústrias e portos podem retornar às fazendas carregados com adubos e defensivos para o plantio da nova safra, que começa em setembro. Pelo menos essa é a idéia do Banco do Brasil (BB), que vai liberar R\$ 550 milhões para compra antecipada de insumos. Uma das vantagens é possibilitar ao agricultor preços mais em conta, já que a temporada de vendas de insumos ocorre normalmente no segundo semestre do ano. Os R\$ 550 milhões estarão disponíveis até junho, com taxa de juros de 8,75% ao ano, com limite de crédito variável por cultura.

US\$ 100 MILHÕES CONTRA A AFTOSA

Os países do Mercosul negociam um financiamento de US\$ 100 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para investir em ações conjuntas de erradicação da febre aftosa até 2010. A doença é hoje o principal entrave para que os países do Mercosul ampliem a sua fatia no mercado mundial de carnes.



Prêmio Embrapa

Os pesquisadores CÉZAR DE MELLO MESQUITA, da Embrapa Soja (Londrina-PR) e JOSÉ AIRES VENTURA, do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), foram os vencedores do Prêmio Frederico de Menezes 2006, promovido pela Embrapa.

DE VOLTA À CAPITAL

Depois de uma longa temporada em Ribeirão Preto (SP), a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Sucos Cítricos (e Ademerval Garcia, seu presidente) estão de volta à Capital. Anotem o endereço: Rua Iguatemi, 448 - 9º andar - cj. 901 - Itaim Bibi, Tel. 11-3168 0606.

DISQUE AVIÁRIA

Tel. 0800 61 1995. Esse é o número da Central de Atendimento do Ministério da Agricultura, que nos últimos dias virou uma espécie de Disque Gripe Aviária. Segundo o Mapa, 90% das ligações recebidas dizem respeito à *influenza aviária*. As dúvidas mais comuns são sobre os sintomas da doença, o modo de disseminação entre aves e seres humanos, os riscos para a saúde pública e a existência de casos no Brasil



Exportações em alta

Em março, as exportações do agronegócio cresceram 16% em relação a igual mês do ano passado. O Brasil embarcou US\$ 3,979 bilhões, segundo dados divulgados pelo MAPA. As importações do setor somaram US\$ 583 milhões, 28,4% a mais do que em março de 2005. O resultado foi um superávit de US\$ 3,395 bilhões na balança comercial do agronegócio, 14,3% acima do superávit obtido em março de 2005. O desempenho positivo é atribuído ao aumento das exportações de soja (38,8%), açúcar e álcool (46,4%), papel e celulose (21,2%), couros e seus produtos (15,2%) e carnes (5%).

PARA A EUROPA

US\$ 1,252 bilhão

foi o total dos embarques brasileiros de produtos do agronegócio para os países da União Européia em março. O valor representa

31,5%

do total exportado pelo Brasil no mês

Soja

Futuro incerto

A comercialização da soja da safra 2005/06 segue no mesmo compasso da anterior, para desgosto de produtores e indústrias de esmagamento. As margens de processamento do setor, que são bem apertadas, entre 2% e 3%, estiveram 'no vermelho' durante a maior parte do exercício. As operações de muitas unidades foram encerradas, algumas, em caráter definitivo, outras, de forma temporária, com a antecipação dos trabalhos de manutenção. Com justa razão, o futuro da cadeia produtiva está em questionamento.

A arrancada acelerada da oleaginosa, a reboque de preços internacionais fortalecidos e câmbio favorável, entre 2001 e 2004, teve abrupta parada. O Brasil se consolida na produção e exportação de grãos e perde investimentos para Argentina, Ásia e Leste Europeu. No farelo e óleo, de maior valor agregado e com

a possibilidade de oferecer melhor rentabilidade, os embarques nacionais perdem participação mundial.

Os prognósticos de curto prazo divergem. Pelos estudos do MAPA, até 2007, com uma exportação de 26 milhões de toneladas de grãos de soja, o Brasil poderá superar os EUA (25 milhões de toneladas) e se tornar o primeiro no *ranking* mundial. Mas pela previsão ainda prematura da safra 2006/07, enquanto a área de plantio fica estagnada nos Estados Unidos, depois de expandir neste ano, há crescimento na Argentina, com nova retração em áreas brasileiras.

Farelo e óleo

Como a Argentina goza de menores custos e melhor câmbio para operar no processamento de farelo e óleo, o Brasil depende de prêmios no mercado interno para fechar negócios. Sobra apenas o preço do grão. O crescimento da produção nacional de carnes ameniza a situação, à medida que cria uma demanda adicional aos derivados.

Na visão de médio prazo das indústrias, a capacidade nacional instalada para a industrialização do grão de soja é suficiente para atender ao consumo doméstico e, até mesmo, ao desenvolvimento do biodiesel. Do lado das exportações, ficará menor o peso do farelo e do óleo na balança nacional.

Na condição de segundo maior produtor de soja, atrás dos EUA e na frente da Argentina, o Brasil desenvolveu uma estratégia fracassada, como sucedeu no café, de ser apenas um provedor mundial de matéria-prima, sem participar na ge-

ração de receita com produto industrializado. Neste campo, estima-se que o Brasil perca US\$12 bilhões para a Argentina.

De acordo com as estatísticas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos para o período de 1996 a 2006, no complexo da soja, a participação do Brasil cresceu de 12% para 41% nos grãos, caiu de 47% para 34% no farelo, e de 44% para 31% no óleo. Já a Argentina evoluiu de 7% para 16% nos grãos, de 32% para 52% no farelo e de 16% para 62% no óleo.

De 1995 a 2004, a produção nacional de grãos aumentou aproximadamente 92%, enquanto a capacidade instalada passou de 116 mil toneladas/dia para 132 mil toneladas/dia, ou seja, 13%, segundo a Associação Brasileira de Óleos Vegetais. Mas a Argentina, com uma produção abaixo de 40 milhões de toneladas, chega a uma capacidade de processamento de 22,7 milhões de toneladas/dia.

Algumas grandes corporações estão inclinadas a entender o Brasil no papel de fornecedor de matéria-prima, e a Argentina, como processadora. Essa posição deriva das vantagens comparativas existentes nas áreas logísticas e cambiais.

A exportação de grãos ocorre durante o ano todo e muda as variáveis de influência no preço interno, no segundo semestre. Como a soja em estoque é disputada para exportação, sofre a sinalização da Bolsa de Chicago. Anteriormente, não havia essa relação, porque a demanda era, praticamente, apenas a interna. As exportações para a China durante o segundo semestre triplicaram, de 2003 a 2005.

Brasil central

Diante do menor espaço ocupado pela industrialização no complexo da soja, o produtor perde a opção de venda para o mercado interno e fica na dependência da exportação.

Tradicionalmente com um braço externo longo nas exportações de seus derivados, na escolha da localização de uma

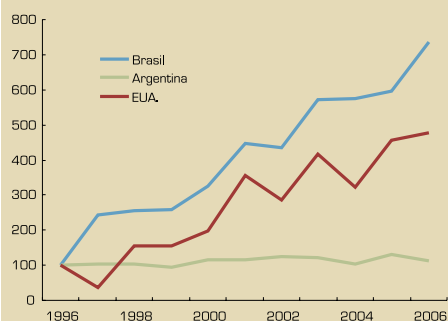
Brasil: capacidade de moagem de soja (mil toneladas por dia)

Estado	1995	2004
Paraná	35,37	31,77
Mato Grosso	8,33	20,60
Rio Grande do Sul	29,00	19,40
Goiás	9,00	17,22
São Paulo	13,56	14,95
Mato Grosso do Sul	6,98	7,30
Minas Gerais	4,30	6,40
Bahia	2,60	5,34
Santa Catarina	5,08	4,03
Piauí	0,26	2,36
Amazonas	-	2,00
Pernambuco	0,60	0,40
Distrito Federal	1,00	-

Fonte: ABIÓVE

Exportação de soja em grãos

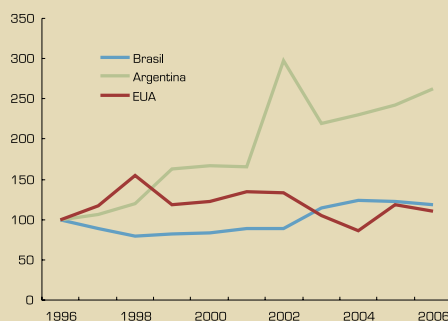
(base 1996 = 100)



Fonte: USDA

Exportação de farelo de soja

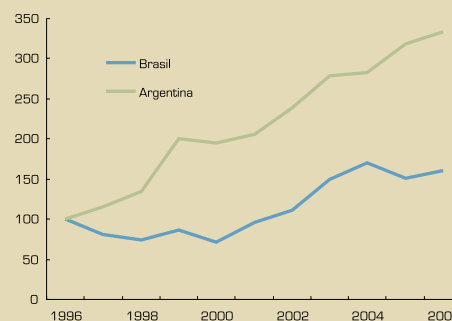
(base 1996 = 100)



Fonte: USDA

Exportação de óleo

(base 1996 = 100)



Fonte: USDA

planta industrial de soja, são levados em consideração a proximidade da oferta de matéria-prima e a localização dos portos. Nas últimas décadas, com o avanço da oleaginosa em áreas do Brasil Central, muitas empresas migraram da região Sul para lá.

Na verdade, com a aprovação da Lei Complementar nº 87, conhecida como Lei Kandir, o Congresso Nacional libertou o agronegócio do pesado ônus do ICMS nas exportações. Entretanto, no complexo da soja, a desoneração não foi completa no farelo e na soja, como ocorreu no grão.

Muitas vezes, a indústria localizada em um estado precisa adquirir matéria-prima em outra unidade da federação, para realizar o processamento. Um redirecionamento para atender à demanda industrial onde a oferta de grãos é inferior. Essas transferências interestaduais estão sujeitas ao pagamento de 12% de ICMS.

O problema é que as indústrias estão impossibilitadas de utilizar o crédito cor-

respondente (12%) ao crédito pago na aquisição da matéria-prima, porque, nas operações seguintes:

- O farelo e o óleo estão isentos, na exportação;
- Na venda interna, o farelo é contemplado de modo diferenciado, e o óleo, integrante da cesta básica, tem sua base de cálculo reduzida para 7%.

O acúmulo estrutural de créditos de ICMS enfraquece a saúde financeira da indústria, pois imobiliza capital de giro para gerar mais produção. Além disso, a recuperação dos créditos é morosa, burocrática e sofre deságio.

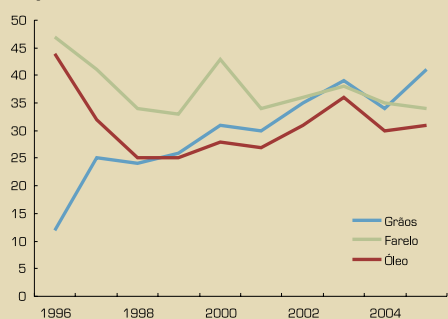
Uma das soluções é o Conselho de Política Fazendária-Confaz negociar com os estados integrantes a suspensão do ICMS nas transferências de matéria-prima, condicionadas à exportação correspondente de farelo e óleo de soja. Essa solicitação não foi acolhida pelos órgãos estaduais.

Se a soja é o carro-chefe da produção nacional de grãos e vital para o desem-

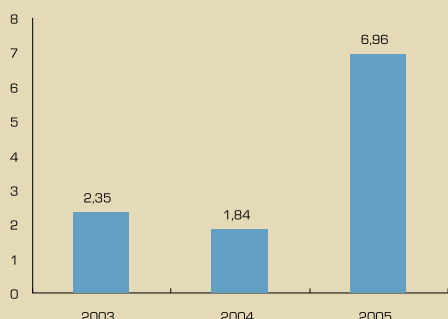
penho do agronegócio brasileiro, cabe todo um tratamento especial por parte das autoridades públicas. Qualquer atraso na definição de medidas para dar um tratamento mais competitivo na logística e tributação na cadeia produtiva da oleaginosa significa perda de investimento e reposicionamento das corporações em países concorrentes.

Por outro lado, a Argentina penaliza as exportações de grãos com uma taxa de 23,5% e pratica uma alíquota mais branda para os produtos industrializados, de 20%. Existe ainda o "reintegro", um benefício fiscal às exportações de óleo bruto e refinado.

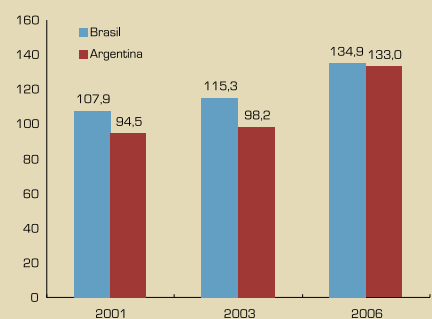
É uma falta absoluta de prioridade política diante da perspectiva de o Brasil suplantando os EUA, maior produtor desde 1964. Na produção de soja prevista para a safra 2014/15, a colheita nacional estará em 95 milhões de toneladas, e a dos norte-americanos, em 87,6 milhões de toneladas. ■

Brasil: participação nas exportações mundiais (em %)

Fonte: USDA

Brasil: exportação de grãos para a China (milhões de toneladas - 2º semestre)

Fonte: USDA

Capacidade de moagem de soja (mil toneladas por dia)

Fonte: ABIOVE

Milho

Preferência nacional

Alfredo José Barreto Luiz*
Walter Belik**

LEVANTAMENTOS recentes baseados nos dados da PAM (Pesquisa Agrícola Municipal), realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de 2003 e 2004, apresentam um quadro interessante sobre a dispersão da produção agrícola em nosso território. Com um espaço geográfico diversificado, que compreende diversos climas e solos, no Brasil há uma elevada concentração de cultivos nos municípios quanto ao valor da produção.

O milho é uma preferência nacional, em termos de classificação das culturas com maior abrangência pelo território brasileiro, ficando na frente de: feijão, mandioca e arroz. As demais culturas têm uma presença menor no conjunto dos municípios.

Brasil: registro em relação ao total de município

Cultura	Participação
Milho	95%
Feijão	87%
Mandioca	85%
Arroz	68%

Fonte: PAM - IBGE. Municípios pesquisados: 5.545

A média dos dados de valor da produção agrícola para o biênio 2003/04 demonstra que apenas quatro culturas representaram 58,9% do valor de toda a produção agrícola brasileira, a saber: soja (28,9%), milho (11,9%), cana-de-açúcar (11,6%) e arroz (6,5%). As dez maiores culturas representavam 83% do valor da produção agrícola nacional, na seguinte ordem: soja, milho, cana-de-açúcar, arroz, café, mandioca, laranja, algodão herbáceo, feijão e fumo.

Não apenas a produção agrícola se encontra concentrada em poucas culturas como, dentro de cada município, se verifica ainda maior concentração. Os dados da PAM permitem também analisar essas outras dimensões. A situação das 10 principais culturas em termos de concentração do valor da produção agrícola nos municípios traz revelações interessantes. Basta olhar o número de municípios em que a cultura representou, sozinha, uma porcentagem de mais de 50% do valor de toda a produção agrícola local.

A soja representava mais de 50% do valor da produção agrícola em 432 municípios do Brasil, em 2004. Esse conjunto de municípios, nos quais ela predomina, reduziu, em relação a 2003, mas representa um elemento de grande importância no planejamento das políticas agrícolas e de desenvolvimento regional. O dado não afirma que a soja seja a principal fonte de renda desses municípios, mas, sim, que, neles, a agricultura é bastante dependente deste produto.

Segue-se um conjunto de 337 municípios, nos quais mais de 50% da renda agrícola vem da cana-de-açúcar. Em terceiro lugar, aparece o milho, com 359 municípios; seguido pela mandioca, com 392 municípios. A presença de municípios mandioqueiros é curiosa, pois é disseminada a idéia de que essa cultura está presente apenas em pequenas propriedades e que seriam raros os produtores especializados ou exclusivos da mandioca. Os dados mostram que ao menos alguns municípios são altamente especializados na produção de mandioca.

As onze primeiras posições, em termos de municípios concentrados quanto ao valor da produção, são preenchidas pelas mesmas culturas em 2003 e 2004. Ocorrem apenas ligeiras mudanças de posição. Essa imobilidade mostra que há pouca alteração no perfil dos produtores e da agricultura nos municípios, entre um ano e outro. Os dados refletem, também, a predominância dessas culturas no panorama da agricultura brasileira do período recente.

Do ponto de vista da concentração da produção nos municípios, foi construído o Índice Gini, que relaciona o valor da produção com o número de municípios produtores. Esse indicador é muito importante para aferir o grau de concentração da produção em termos geográficos. Ou seja, o efeito da produção agrícola pode ser muito diferente, se tivermos uma grande produção concentrada em poucos municípios ou dispersa em vá-

Brasil: culturas ordenadas pelo número de municípios com mais de 50% do Valor da Produção Agrícola concentrados em apenas uma cultura.

Cultura	2003		2004	
	Ordem	Municípios	Ordem	Municípios
Soja	1	472	1	432
Cana-de-açúcar	2	417	4	337
Milho	3	398	3	359
Mandioca	4	381	2	392
Café	5	251	6	226
Arroz	6	238	5	260
Banana	7	144	8	144
Feijão	7	144	7	187
Laranja	9	88	10	86
Tomate	10	77	10	86
Fumo	11	71	9	102

Fonte dos dados brutos: PAM - IBGE

rios. Em outras palavras, saber o grau de concentração do valor da produção entre os municípios brasileiros que declararam produzir arroz, cana-de-açúcar, café ou outra cultura.

O resultado encontrado é, de certa forma, surpreendente. Embora haja um grande número de municípios produzindo determinadas culturas, a produção está extremamente concentrada em poucos municípios. É importante olhar alguns exemplos do Gini, para 2003 e 2004, de culturas escolhidas.

Existe uma enorme concentração da produção em alguns municípios. A cultu-

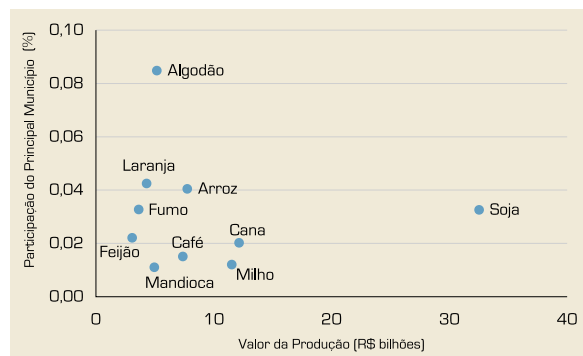
Brasil: Índice Gini da concentração de culturas escolhidas nos municípios

Cultura	2003	2004
Milho	0,785	0,782
Feijão	0,817	0,795
Mandioca	0,789	0,793
Arroz	0,936	0,939
Cana	0,924	0,917
Rami	0,999	0,999

Fonte: calculado sobre dados da PAM - IBGE

ra que aponta a menor concentração é o milho, com valores abaixo de 0,8. Embora o milho esteja presente em quase todos os municípios brasileiros, a sua produção é altamente significativa para a agricultura local: em termos de valores, em 359 deles; além disso, nos 350 municípios maiores produtores, estão concentrados 54,54 %

Brasil: valor da produção das principais culturas e os municípios de maior produção, 2004



Fonte dos dados brutos: PAM - IBGE



do valor total da produção do milho nacional.

O maior índice Gini encontrado é o do Rami, do qual, apenas dois municípios são responsáveis por todo o produto nacional, o que representa, evidentemente, uma alta concentração. Há uma correlação entre o grau de dispersão da produção pelo território nacional e o índice Gini. Quanto mais dispersa é essa produção entre os municípios brasileiros, menos concentrada é a oferta. Todavia, o grau de concentração da produção é tão elevado, que, mesmo em casos como o do milho, com um conjunto de 5.275 municípios participando da oferta em 2004, observamos uma concentração extremamente alta.

Um caso de destaque é o algodão herbáceo, em que se observa a sua ocorrência em 1.152 municípios do Brasil (20,7 % do total), mas o índice Gini aponta uma das maiores concentrações entre as culturas: apenas um município produz 8,5% do algodão do Brasil.

Na relação entre o valor da produção do município que possui o mais alto valor e o Valor da Produção obtido em 2004, segundo a

pesquisa do IBGE para as 10 principais culturas, o destaque é o caso do algodão, já mencionado, e o da soja. Com um valor da produção da ordem de R\$32,5 bilhões em 2004, observou-se a presença de um município que contribuiu com 3,3 % desse total (R\$1,1 bilhão). Chama a atenção também no gráfico a presença de grandes municípios produtores em culturas de consumo alimentar doméstico, como feijão, mandioca e arroz.

Conclusões

Os indicadores apresentados permitem extrair interessantes elementos que podem auxiliar no planejamento e execução de políticas agrícolas. Resumidamente, podemos inferir que:

1. A política agrícola possui um importante componente territorial e regional, o que possibilita aos gestores introduzirem incentivos, não necessariamente fundados no crédito, preços mínimos e seguro, para o desenvolvimento da produção.
2. A armazenagem e a movimentação da safra devem privilegiar equipamentos e modos de transporte adaptados ao perfil regional da produção.
3. Um sistema de assistência técnica e pesquisa, organizado por cultura, embora não seja o mais indicado do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, econômica e social, parece ser aquele que pode produzir resultados mais imediatos em termos da produção.
4. Políticas agrícolas dirigidas para produtos de maior abrangência no território nacional produzem melhores resultados com melhor distribuição da renda e benefícios em termos do conjunto dos agricultores atendidos e em termos regionais, como são os casos do milho, mandioca, feijão e arroz. O fato de estes serem produtos de uso alimentício faz com que ações nesse sentido possam ainda ter impacto nas questões relativas à segurança alimentar. ■

* Pesquisador da EMBRAPA Meio Ambiente

** Professor Livre Docente do Instituto de Economia da Unicamp

Mel

Embarques suspensos

APESAR de nunca ter sido registrado nenhum problema com o produto brasileiro, desde 17 de março último, os embarques de mel brasileiro estão suspensos para a União Européia (UE), que exige análises de controle de qualidade, semelhantes às realizadas pela Europa.

A UE estipulou um prazo de seis meses para o MAPA reestruturar o Programa Nacional de Controle de Resíduos, a fim de se adequar às suas normas para exportação. A medida que falta é a análise de alguns produtos que podem prejudicar a qualidade do mel, como a presença de antibióticos ou de metais pesados, entre outros, que exigem fiscalização. Até o fim do prazo, a proibição fica mantida.

O plano com informações sobre a qualidade do produto já foi elaborado e está em fase de implementação pelo MAPA. A UE exige a apresentação deste documento e não considera essas ações como equivalentes à sua diretiva.

Uma das questões levantadas diz respeito ao mel brasileiro que é obtido principalmente na região Nordeste por processos de extrativismo. As autoridades brasileiras alegam que não há possibilidade de grandes contaminações por antibióticos. Os estados do Ceará e do Piauí são os produtores mais afetados por causa da decisão da UE.

O MAPA pretende minimizar os futuros problemas, com medidas como:

- Buscar outros mercados para a comercialização da produção nacional;
- Solicitar os requisitos sanitários de países que são potenciais importadores;
- Implementar as promoções do mel brasileiro;



- Incentivar a certificação do produto como orgânico;
- Apoiar as associações de produtores de mel;
- Verificar programas de educação sanitária.

Monitoramento

O mel exportado antes desse embargo poderá chegar à UE sem problema, pois a Comissão Européia aprovou a equivalência dos bovinos, ovinos, caprinos, suínos, eqüídeos, aves de capoeira, aquicultura e leite produzidos no Brasil.

Outra ação do governo foi a publicação, no Diário Oficial da União, do Programa Nacional de Controle de Resíduos (PNCR 2006). O documento é reajustado a cada ano para oferecer as garantias de controle e monitoramento da distribuição de resíduos, exigidas pelo consumidor nacional e pelas autoridades sanitárias estrangeiras, não apenas para o mel como também para produtos como carne bovina, suína, aves, leite, ovos e pescados.

Com o PNCR publicado, o governo brasileiro pretende negociar com a União

Exportações renderam US\$ 18,9 milhões em 2005

Em 2005, a exportação de mel brasileiro atingiu 14,4 mil toneladas, com uma receita de US\$18,9 milhões para o País. São Paulo (US\$7,72 milhões), Ceará (US\$3,4 milhões), Piauí (US\$3,05 milhões) e Santa Catarina (US\$2,93 milhões) foram os principais estados exportadores.

Mais de 70% do total das exportações brasileiras foram para a União Européia (11,1 mil toneladas e US\$14,4 milhões), sendo a Alemanha o principal importador (US\$8,1 milhões e 6,2 mil toneladas).

Dentre os vários fatores que contribuíram para o declínio do mel nacional em 2005, se destacam:

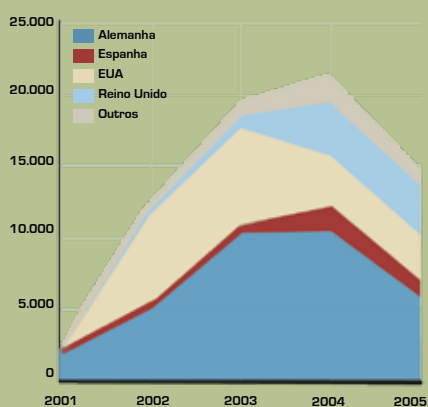
- a) Valorização do real frente ao dólar de aproximadamente 12%;
- b) Oferta de produto por: Uruguai, Índia e Vietnã;
- c) Queda do preço na Argentina.

A esses elementos, se somam as fracas safras realizadas nas principais regiões produtoras do País, tais como Nordeste e Sudeste, que resultaram em baixa de 31% nas exportações. De uma produção estimada para o exercício em 2005, cerca de 45% corresponderam à venda externa. O declínio dos preços internacionais, com a relativa estabilidade no cenário doméstico, forçou algumas plantas processadoras nacionais a orientarem as suas produções para o mercado interno.

Exceto no segmento de mel orgânico, cuja comercialização mostra um crescimento estável nos últimos anos, o mercado de mel registra dramático aperto nas margens de venda. Muitos exportadores tiveram prejuízos para sustentar os contratos de vendas externas. O preço médio de exportação FOB (mercadoria no ponto de embarque) foi de US\$1.310 a tonelada, cerca de 35% inferior ao do ano anterior. Certamente, o embargo europeu ao mel brasileiro vai representar queda na receita do setor apícola, com impacto nos produtores de todos os portes, inclusive, os pequenos, que terão diminuição na renda.

Européia prazos para sua implementação. Está sendo programada a ida de uma missão a Bruxelas para as negociações. Com isso, a parte regulatória estará cumprida. Ficarão sob responsabilidade dos empresários do setor as ações de controle complementares, indispensáveis para que as garantias exigidas sejam plenamente atendidas. ■

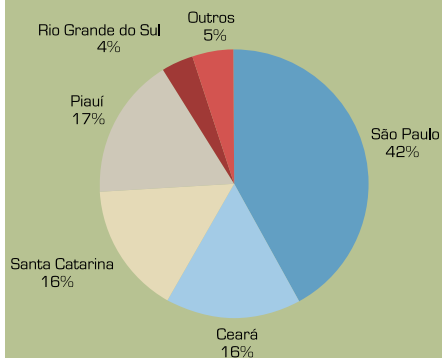
Volumes exportados



Exportações brasileiras de mel



Estados exportadores



Fonte: FAO. Baseado no local onde os exportadores estão situados, não significa a origem do mel exportado.

Safra 2005/06

Colheita de 121,5 milhões de toneladas de grãos

DE acordo com o quinto levantamento da safra divulgado neste mês pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o Brasil deve produzir 121,5 milhões de toneladas de grãos na safra 2005/06. A quantidade ficou 0,9% abaixo do levantamento anterior, de 122,6 milhões de toneladas, realizado em março. Mas ainda supera em 6,6% o da safra 2004/05, de 113,9 milhões de toneladas.

A pesquisa mobilizou um grupo de 70 técnicos, que esteve em campo no período de 20 a 24 de março, avaliando as culturas de algodão, arroz, feijão, milho e soja. Foram entrevistados cerca de 1,6 mil informantes em todo o País, entre cooperativas, agentes financeiros, produtores e representantes de órgãos públicos e privados.

Apesar de ser a segunda queda consecutiva nas estimativas, o número ainda está dentro dos índices previstos pela Conab no primeiro levantamento, realizado em

outubro do ano passado, em que a produção de grãos variava entre 121,5 milhões e 124,9 milhões de toneladas.

A soja foi o fator “preponderante” para a redução da estimativa frente ao levantamento divulgado no mês passado. A novidade em relação à pesquisa anterior foi a constatação de uma quebra mais acentuada na oleaginosa, principalmente em virtude da situação climática no Paraná, Minas Gerais e Bahia.

Pela Conab, os produtores deverão diminuir em 4,3% a área plantada. A projeção é de que sejam utilizados 47,0 milhões de hectares contra os 49,1 milhões de hectares da safra anterior. No total geral dos grãos, a produção deve aumentar 6,6% em relação ao ano passado, justamente pela recuperação da produtividade bastante afetada pela grande seca que houve ano passado no Sul do País. ■

Brasil – produção de cereais, leguminosas e oleaginosas (em 1.000 toneladas)

Safra agrícola 2005/2006 – quinto levantamento – março 2006.

Discriminação	Safra 2004/05	Safra 2005/06	Variação %
Algodão	2.128,9	1.705,2	-19,9
Arroz em casca	13.227,4	11.749,8	-11,2
Feijão	3.045,6	3.282,2	7,8
Milho	35.006,7	40.777,9	16,5
Milho 1ª Safra	27.298,4	31.954,1	17,1
Milho 2ª Safra	7.708,3	8.823,8	14,5
Soja	51.452,0	55.713,3	8,3
Sorgo	1.568,0	1.685,7	7,5
Trigo	5.845,9	4.873,1	-16,6
TOTAL	113.892,4	121.456,3	6,6

Nota: o total inclui produtos não-discriminados na tabela. Fonte: CONAB

Caderno especial

Propostas do Agronegócio para o Próximo Presidente da República

da Associação Brasileira de Agribusiness

O documento retrata o cenário de oportunidades para o agronegócio brasileiro: o aumento da sua competitividade e a busca por maior participação no mercado internacional de suas cadeias produtivas.

Uma análise sobre o movimento cíclico e peculiar do setor. A conjuntura favorável para o crescimento em 1999 e 2000. Os motivos da reversão para um quadro de menor desempenho entre 2005 e 2006. A fase de transição e ajuste em curto prazo. A importância de instrumentos anticíclicos e a simbiose na relação da agricultura energética com a alimentar e de fibras.

As forças para modernizar e dinamizar o agronegócio passam pela discussão e revisão de pontos estratégicos como:

- ✓ dotação orçamentária do MAPA
- ✓ crédito e endividamento rural
- ✓ seguro rural
- ✓ contratos nas cadeias produtivas
- ✓ negociação internacional
- ✓ defesa sanitária
- ✓ normas e certificações
- ✓ marketing e vendas de produtos
- ✓ sustentabilidade
- ✓ pesquisa, desenvolvimento e inovação
- ✓ tributação
- ✓ segurança fundiária
- ✓ agroenergia
- ✓ parceria público privada e custo Brasil
- ✓ montagem institucional

O documento foi apresentado no V Fórum da Abag, realizado em março último, com a presença de um público seleto e expressivo do agronegócio nacional. O material certamente ganhará mais massa crítica. A expectativa é de que até a realização do 5º Congresso Brasileiro de Agribusiness, nos dias 19 e 20 de junho próximo, estaremos com uma agenda rica de propostas para apresentar aos candidatos.



Caderno Especial Ciência para a vida



Índice

Agricultura com tecnologia	E2
Energia no campo	E3
Embrapa na África	E4
Lucro social de R\$ 12,9 bilhões	E4
O que é Empresa de Propósito Específico?	E6
Integração Lavoura-Pecuária-Floresta	E7
Inovação e Prospecção Tecnológica	E7
As plantas do futuro	E8
Melancias coloridas	E9
Tecnologia na conservação do açaí	E10
Agrossilvipastoril no Nordeste	E11
Parceria contra o êxodo	E11
A tecnologia do aroma	E12
Produção integrada e sustentável do café	E12
Carne orgânica de cabrito	E13
Feijão mais produtivo no Semi-Árido	E13
Balaio de milho reduz perdas	E14
Floricultura em expansão	E14

Expediente: Editor-Geral: Edilson Fragalle • Editores-Executivos: Rose Lane Azevedo e Rosângela Evangelista • Colaboradores: Verônica Maria Freire, Joana Casturina da Silva, Guilherme Ferreira Viana, Maria Fernanda Diniz, Marcelino Lourenço Ribeiro, Valéria Costa, Flávia Bessa, Jorge Reti, Jurema Campos, Ana Lucia Ferreira, Roberto Penteadó.

Fotos: Arquivo Embrapa

Apresentação

Agricultura com tecnologia

Silvio Crestana

Diretor-Presidente da Embrapa

AGRICULTURA e Tecnologia. Um Acasamento que deu certo e que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-Embrapa comemora, ao completar 33 anos de existência. Produtores e cientistas criaram uma nova agricultura: produtiva, eficiente, vigorosa e, acima de tudo, vitoriosa, pois somos referência no que diz respeito aos trópicos. Mas o compromisso com a mudança não pode e não deve nunca deixar de estar presente no sentimento que move as instituições de ciência e tecnologia. E com a Embrapa, não é diferente.

A união bem-sucedida é que, hoje, nos permite obter na safra 2005/6 uma produção recorde de grãos, da ordem de 121,5 milhões de toneladas. Possibilita também que a área plantada, que em 1973 era de cerca de 24 milhões de hectares, com uma produção de 35 milhões de toneladas, quase tenha dobrado de tamanho, sendo, em 2005, de 47 milhões de hectares. Aprendemos a ganhar com a produtividade.

A nova agricultura viabilizada nos trópicos e hoje liderada pelo Brasil criou um movimento de mobilidade social e contribuiu de maneira importante para a inclusão social, pois muitos dos jovens agricultores que, na década de 70, seriam 'mais um' nos centros urbanos, hoje, são os eficientes produtores desta nova geografia agrícola. O acesso às tecnologias foi democratizado.

Mas neste momento, em que constatamos a nossa importância no cenário agropecuário brasileiro, afinal, o agronegócio é o setor da economia que contribui com 37% dos empregos gerados no País e

responde por 37% das exportações nacionais, somos também chamados a liderar novas frentes de inovação, pois não podemos nos esquecer de que muitos problemas ainda estão à espera de solução.

O nosso papel é fundamental na geração de tecnologias que diminuam as desigualdades regionais, promovam a inserção de pequenos agricultores no mercado, gerando novas oportunidades de empregos e renda, e viabilizem cada vez mais a inserção do Brasil no mercado externo, primando sempre pela sustentabilidade econômica, social e ambiental.

E é justamente para atender aos novos desafios que a Embrapa tem feito um esforço de revitalização, incluindo o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, por ela coordenado. Novos perfis de profissionais e linhas de pesquisa têm sido estruturados, por exemplo, nas áreas de mudanças climáticas globais, segurança alimentar, nutrição e saúde, gestão da inovação e nanotecnologia.

Um Plano de Desligamento Incentivado abre as portas para aqueles que já deram sua contribuição e desejam sair da empresa, e concursos públicos são a oportunidade de entrada para novos profissionais. Esforços intensos têm sido feitos para recuperar o orçamento. A elasticidade do Estado não permite um incremento acentuado, então, a parceria com a iniciativa privada se torna imperiosa para a obtenção de recursos para a pesquisa.

Estes desafios servem de incentivo para novos passos e, dentro de um modo de agir sempre pautado no pioneirismo e na maneira de ser da ciência, de se antecipar aos problemas e planejar soluções,

é que, neste aniversário, anunciamos a criação da Embrapa Agroenergia. Além de materializar o Plano Nacional de Agroenergia, projeto do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, realizado em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério de Minas e Energia e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e juntamente com o Consórcio Nacional de Agroenergia, será o elo central de coordenação das várias unidades de pesquisa da Empresa, que trabalham ou venham a trabalhar no setor, tornando-se um centro de referência e possibilitando a integração da empresa a redes e consórcios multi-institucionais no Brasil e no Exterior.

No bojo das mudanças, em consonância com a política externa brasileira, está a nossa forma de relacionamento com os países africanos, com a criação de um escritório naquele continente, visando incrementar a relação Sul-Sul, que servirá como base institucional para a interação com outros países africanos com os quais a Embrapa mantém acordos de cooperação técnica e permitindo que a Empresa atue, por meio de seus centros de pesquisa, de modo organizado no continente africano, transferindo tecnologias e atendendo às demandas governamentais e das embaixadas africanas.

Também destacamos o lançamento, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do programa de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, como uma nova alternativa tecnológica desenvolvida pela Embrapa, para os produtores, de maneira a garantir a sustentabilidade ambiental, bem como a criação de Empresas de Propósito Específico, previstas na Lei de Inovação, para o desenvolvimento e a transferência de tecnologias na área de agroenergia, e inúmeras outras.

Neste encarte, estamos apresentando alguns de nossos lançamentos deste ano, e queremos compartilhar um dado que nos orgulha: o nosso Balanço Social registrou um lucro de 12,9 bilhões de reais. Vale ressaltar que esses valores levam em conta apenas a soma dos ganhos relativos

à adoção de uma amostra de 86 tecnologias e 170 cultivares. Se demonstrarmos em contas simples, esses números indicam que, para cada R\$1,00 aplicado na Embrapa, R\$14 retornaram para a sociedade brasileira, com quem temos o nosso maior compromisso.

Aliado aos desafios que se apresentam hoje para a pesquisa agropecuária, este resultado é para nós motivo de orgulho e incentivo, na busca de mais inovações e índices mais arrojados, que auxiliem na retomada do crescimento econômico acelerado, com justiça social e sustentabilidade ambiental.

Energia no campo

SOJA, dendê, coco, babaçu, girassol, canola, amendoim: produtos que serão mais do que alimentos. Dentro em breve, sairão da mesa dos brasileiros para serem explorados para a produção de biodiesel; isso, sem falar na mamona e no algodão. Para o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, “está passando o trem da história na nossa porta”.

Em 2005, foi lançado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento o Plano Nacional de Agroenergia, que estabeleceu cinco grandes grupos de cadeias produtivas no tema: florestas, biogás, biodiesel, etanol e resíduos. “Em cada uma dessas grandes áreas, existem várias instituições e empresas que oferecem ou demandam novas tecnologias, e o sucesso de um Programa Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no setor depende da articulação dessas diversas entidades e empresas ofertantes e demandantes, e cujas atividades estão dispersas”, explica Silvio Crestana, diretor-presidente

da Embrapa. Ele conclui que a criação do Consórcio é justamente para reunir e articular essas empresas e instituições, cujo objetivo central é o de elaborar e executar o Programa Nacional de PD&I em Agroenergia, além de permitir a constituição de um fundo de investimento para o consórcio.

Embrapa Agroenergia – A Embrapa vai criar uma unidade específica de Agroenergia, que, além de materializar o Plano Nacional junto com o Consórcio, será um elo central de coordenação das várias unidades de pesquisa da Empresa, que, atualmente, trabalham ou venham a trabalhar em temas relacionados ao setor. A unidade permitirá a realização de pesquisas, desenvolvimento e inovações tecnológicas, tornando-se um centro de referência que possibilitará a integração da empresa a redes e consórcios multi-institucionais no Brasil e no Exterior.

Para Crestana, o Brasil saiu na frente ao definir uma política específica para o setor, além de ser o país do mundo que reúne o maior quantitativo de vantagens comparativas para liderar a agricultura de energia. “O potencial de produção de biomassa poderá, nos próximos 30 anos, produzir mais de 100 milhões de toneladas equivalentes de petróleo, anualmente”, prospectou.

A primeira vantagem comparativa que se destaca é a perspectiva de incorporação de áreas à agricultura de energia, sem competição com a agricultura de alimentos e com impactos ambientais circunscritos ao que é socialmente aceito. O segundo aspecto a considerar é a possibilidade de múltiplos cultivos dentro do ano-calendário. Ele acrescenta ainda que “para a concretização desse cenário, se pressupõe o alinhamento de diversas outras políticas governamentais, como a tributária, de abastecimento, agrícola, energética, ambiental e de comércio internacional”.

O ministro Roberto Rodrigues, que defende a idéia de *clusters* de agroenergia, vê a criação da nova Unidade como apoio e estímulo tecnológico, possibilitando o de-

envolvimento de *clusters* de negócios de base tecnológica, da agricultura, agroindústria e bio-refinarias, que “colocarão o Brasil na vanguarda da auto-suficiência e na exportação de tecnologias e serviços”, ele ressalta.

Novas fontes - Segundo estudos, os níveis de gás carbônico na atmosfera da Terra aumentaram, acentuadamente, entre os anos de 2002 e 2003, levando a um acirramento do efeito estufa. A elevação desses índices seria decorrente da queima de combustíveis fósseis. Esse quadro estaria provocando mudanças climáticas que afetam a população mundial.

Essa preocupação com as mudanças climáticas globais tem convergido para políticas globais de redução de poluição, e a biomassa é fundamental na transição para uma nova matriz energética que substitua o petróleo como matéria-prima.

Especialistas prevêem que, nas próximas décadas, o agronegócio mundial estará estruturado em quatro macro-segmentos: alimentação e fibras; biomassa; plantas ornamentais e nichos especializados. A biomassa será a base da energia renovável e também servirá como insumo para a indústria química, devendo esse segmento, ainda, movimentar o maior volume de recursos das transações agrícolas internacionais, a partir de 2050.

Brasil reúne maior quantitativo de vantagens para liderar a agricultura de energia



Embrapa na África

A Embrapa tem uma demanda crescente em cooperação internacional e já firmou acordo com 31 países, a maioria, localizada na África. Para tornar ainda mais efetivo o intercâmbio com esse continente, será criado escritório focado em transferência de tecnologia na área de agricultura tropical: grãos, cereais, hortaliças, fruticultura, pecuária e pastagens, agroenergia e outras demandas específicas da região. Segundo seu diretor-presidente, Silvio Crestana, existe um componente de solidariedade nessa iniciativa, mas também há um componente empresarial. Além disso, a iniciativa vem ao encontro da atual política externa do governo de estreitar laços de cooperação com a África.

“A Embrapa tem competência no assunto e, por isso, cada vez mais é procurada pelos países africanos com situações agro-ecológicas semelhantes às do Brasil, já que estão na mesma latitude. Daremos condições para que eles dominem essas técnicas e, com certeza, também aprenderemos com eles, como, por exemplo, em questão de material genético. Além disso, toda cooperação técnica favorece as oportunidades de negócio para os envolvidos. É sempre uma ‘via de mão-dupla’. Precisamos cada vez mais nos abrir e nos expor para o mundo, levando mais longe nossa tecnologia, para um melhor intercâmbio mundial”, explica Crestana.

Para o diretor-presidente, o escritório pode auxiliar no trabalho de cooperação internacional, uma vez que o objetivo dos pesquisadores será o de fazer projetos integrados de desenvolvimento da região e colaborar na integração com a África em missões e visitas ao Brasil. A implemen-

tação do escritório deverá ocorrer ainda este semestre, e sua operacionalização, no segundo semestre deste ano.

O escritório na África não terá as mesmas características que os Laboratórios Virtuais da Embrapa no Exterior (Labex), nos Estados Unidos e na França, que desenvolvem projetos específicos de pesquisa em tecnologia de ponta ou temática nos centros internacionais de P&D desses países. De acordo com o pesquisador da Cooperação Internacional, Sotó Pacheco Costa, ele não desempenhará ações de pesquisa e funcionará com uma estrutura pequena, que abrigará um coordenador e dois pesquisadores. “O conhecimento terá de ser holístico. O escritório atuará em várias frentes e desenvolverá projetos integrados”, comentou.

Um grupo de pesquisadores da Embrapa elaborou relatório para seleção e avaliação *in loco* dos países da África que apresentam algumas características importantes para sediar o escritório. Os países visitados foram África do Sul, Senegal, Gana e Quênia. A escolha se baseou na tradição de pesquisa e estrutura, estabilidade política, facilidade de comunicação e transporte, assistência médico-hospitalar e presença de escolas.

Segundo Sotó, todos os países foram receptivos e demonstraram inte-

resse em sediar um escritório da Embrapa, alguns, oferecendo inclusive reconhecimento diplomático, que é um acordo similar àqueles implementados com as embaixadas e que pode facilitar a compra e importação de equipamentos e veículos, além do deslocamento dos técnicos no continente.

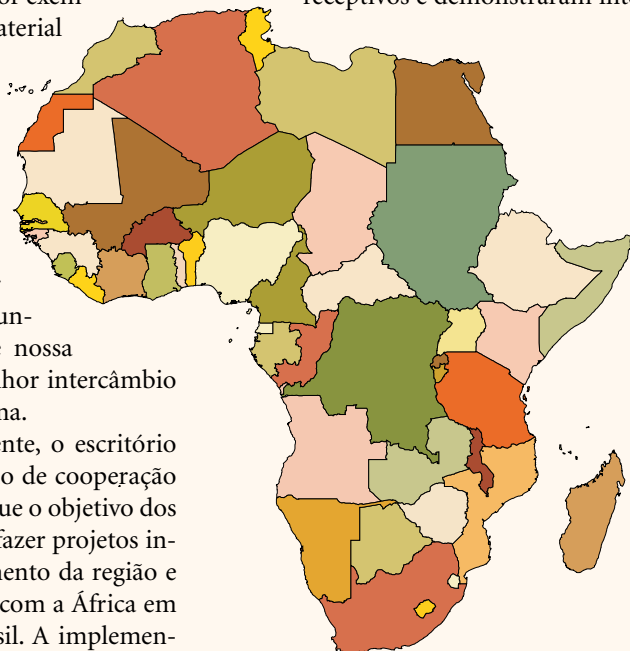
Lucro social de R\$ 12,9 bilhões

As tecnologias desenvolvidas e transferidas pela Embrapa e seus parceiros geraram para a sociedade brasileira benefícios no valor de R\$12,9 bilhões, em 2005, o que equivale a 14 vezes a sua Receita Operacional Líquida ou a 28 vezes os seus gastos com pessoal. Ou seja: para cada real aplicado, a Empresa gera para a sociedade brasileira 14 reais.

Este resultado apurado no Balanço Social 2005 está disponível na página da Empresa na Internet, no endereço <http://www.embrapa.br>. Um dos principais problemas das instituições de pesquisa, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, é demonstrar resultados. “O Balanço Social é uma forma de a empresa mostrar à sociedade que os recursos investidos estão sendo bem utilizados. Mais do que isso, que vale a pena aplicar recursos em atividades de pesquisa, cujos resultados aparecem em longo prazo”, pondera Silvio Crestana, diretor-presidente da Embrapa.

A metodologia empregada na elaboração do Balanço Social permite, por um lado, inventariar todas as ações relevantes realizadas pela Empresa em áreas prioritárias, e, por outro lado, estimar os impactos econômicos dos produtos por ela gerados.

No que se refere às ações sociais, merecem destaque, em 2005, o fato de que a Embrapa e seus empregados receberam



19 prêmios nacionais e internacionais, e realizaram 600 ações de relevante interesse social, em 11 áreas de atuação:

Área	Número de ações
Agricultura familiar	100
Apoio comunitário	65
Bem-estar, segurança e medicina do trabalho	87
Comunidades indígenas	9
Educação e formação profissional externas	108
Educação e formação profissional internas	45
Filantropia	46
Fome Zero	18
Meio ambiente e educação ambiental	49
Reforma agrária	25
Segurança alimentar	48
Total de ações	600

Por outro lado, a Embrapa selecionou uma amostra expressiva de tecnologias, produtos e serviços desenvolvidos e transferidos à sociedade e os avaliou, com base em uma metodologia de análise multidimensional de impactos adotada pela Empresa e reconhecida mundialmente, dado seu pioneirismo na avaliação dos benefícios para a sociedade das organizações de pesquisa agropecuária.

Os impactos econômicos foram medidos pelo método do excedente econômico, em termos de:

- aumentos de produtividade, graças à adoção, por exemplo, de cultivares mais produtivas (adicional de produção);
- redução de custos, por meio de, por exemplo, uso de controle biológico de pragas (redução de custos de produção/aumento de renda);
- expansão de área de produção e cultivo em regiões anteriormente inviáveis sem o uso da tecnologia desenvolvida pela Embrapa (adicional de produção/renda); e

d) agregação de valor decorrente, por exemplo, da adoção de tecnologia de processamento (agroindustrialização) de determinado produto (acréscimos de renda não obtidos com o uso da tecnologia anterior, venda do produto *in natura*).

Do ponto de vista social, os impactos das tecnologias da Embrapa foram estimados de duas formas:

- geração de empregos adicionais ao longo das cadeias produtivas envolvidas, e
- grau de impacto sobre a renda, a saúde, a gestão e a administração.

Já os impactos ambientais dos produtos da Embrapa foram avaliados em termos de:

- eficiência tecnológica;
- conservação ambiental;
- recuperação ambiental, e
- qualidade do produto.

No Balanço Social 2005, foram avaliados, com estas metodologias, os impactos de 86 tecnologias, assim como os impactos gerados pelas 170 cultivares desenvolvidas pela Embrapa, muitas delas, com a colaboração de seus parceiros do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA).

Conceito

O conceito de Lucro Social, apresentado no Balanço Social da Pesquisa Agropecuária 2005, envolve recursos de três fontes:

- Os Impactos das Tecnologias Desenvolvidas e Transferidas à Sociedade.
- Os Indicadores Laborais calculados segundo a metodologia proposta pelo Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica (Ibase), para os



recursos investidos em: alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, segurança e medicina do trabalho, educação, creches/auxílio creche, e outros benefícios. Na Embrapa, estes recursos representaram 61,13% da Folha de Pagamento Bruta ou 29,13% de sua Receita Líquida.

- Os Indicadores Sociais calculados segundo a metodologia proposta pelo Ibase.

Em 2005, isto representou, respectivamente:

- R\$ 12.684.041.551,00
- R\$ 269.406.685,43
- R\$ 2.195.541,64

Assim, o Lucro Social gerado pela Embrapa no ano de 2005 pode ser calculado em R\$ 12.955.643.778,07.

A análise de benefício/custo (B/C) dos benefícios gerados pela Embrapa em 2005 pode ser realizada utilizando-se diferentes enfoques metodológicos:

- Se a relação for entre o lucro social e a receita operacional líquida, a relação B/C

será de 14 por um. Isto é, para uma receita da ordem de R\$ 924 milhões em 2005, o lucro social representa mais de 14 vezes aquele valor. Ou seja, para cada real aplicado na Embrapa, a Empresa gera para a sociedade brasileira 14 reais.

- Se for feita uma análise relacionando os benefícios econômicos (Item 1, acima) com uma estimativa dos custos para se gerar tais benefícios, a relação será de 8,6 por um, resultado compatível com aqueles citados na literatura, tanto no Brasil como no Exterior.

Por outro lado, a rentabilidade dos investimentos realizados na Embrapa pode ser analisada por um ângulo diferente, pela taxa interna de retorno (TIR), um indicador tradicional de análise de investimentos. A taxa de retorno estimada foi de 37,5%, o que comprova, mais uma vez, que os recursos investidos na Empresa, ao longo de seus 33 anos, têm sido compensadores para a sociedade brasileira.

O que é Empresa de Propósito Específico?

UM novo modelo de gestão de parceria, com a iniciativa privada mais flexível. Esta é a proposta inédita feita pela Embrapa, com a criação de Empresas de Propósito Específico (EPE) para Pesquisa, Desenvolvimento, e Inovação. A Embrapa adotou esse modelo, surgido com a Lei de Inovação, por ser uma alternativa jurídica para incrementar o investimento do setor privado em inovação.

A EPE é uma forma de associação de interesses, entre sócios, pela constituição de acordo empresarial entre entes privados ou públicos e privados, constituindo empresas nos moldes de sociedade anô-

nima ou de sociedade limitada. A nova figura possibilita a associação de Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT) à iniciativa privada, na busca por recursos para a construção de empresas que irão trabalhar em ciência e tecnologia já desenvolvida, para a obtenção de produtos ou processos inovadores.

A expectativa é de que essa primeira experiência com a EPE seja realizada na área de agroenergia. O objetivo é aproveitar as vantagens da parceria para fortalecer o Consórcio Nacional de Agroenergia e a Embrapa Agroenergia, ambos, com previsão de criação para este semestre. Segundo o diretor-presidente da Embrapa, Silvio Crestana, na atual conjuntura da economia brasileira, em que os investimentos públicos são limitados, é cada vez mais necessário o desenho de estratégias criativas para atrair o investimento privado, a fim de converter os ativos de ciência e tecnologia em inovações industriais e de serviços. "Propomos iniciar essa parceria em agroenergia, por ter um apelo do setor privado e também por ter essa área temas ainda não resolvidos. Acreditamos que as EPEs são um instrumento importante para viabilizar o fortalecimento e novos negócios e das empresas nacionais, ampliando a sua capacidade inovadora", destaca.

Além disso, Crestana acredita que o atendimento, até 2008, de 2% de biodiesel no diesel, o que representa o suprimento de 800 milhões de toneladas de biodiesel por ano, é uma importante oportunidade e um grande desafio para o estabelecimento de parcerias estratégicas público-privadas em Ciência e Tecnologia.

A lei determina que a participação pública na constituição da EPE deverá ser minoritária (até 49%), e os resultados, distribuídos de acordo com o contrato celebrado entre as partes. "A participação da Embrapa será feita na forma de conhecimento (tecnologias), infra-estrutura e pessoal, capital intelectual cedido como ativos estratégicos para viabilizar as inovações nas empresas nacionais; e a da iniciativa privada, por meio de capital financeiro, estrutura produtiva e canais de distribuição. É uma troca", avalia Crestana.



Agroenergia poderá ser a primeira experiência com a EPE

Por que a EPE? - A Embrapa, criada em 1973, tinha autonomia administrativa e financeira que lhe dava agilidade e flexibilidade para o desempenho de sua missão institucional, em especial, quanto à captação e ao manejo de recursos financeiros, bem como à administração de seus recursos humanos. Com a evolução da ordem jurídica, a flexibilidade, ou seja, a autonomia administrativa e financeira, foi aos poucos eliminada, o que dificulta a captação de recursos para suas atividades essenciais.

Com relação à problemática orçamentária, a Embrapa tinha duas alternativas: ser parte do problema e buscar recursos somente do Estado ou ser parte da solução do problema e desenvolver Parceria Público Privada (PPP) para Inovação.

“Optamos pelas duas alternativas, o que significa dizer que estamos trabalhando em duas frentes: negociações com o governo e estabelecimento de PPP, encarada como um desafio institucional para promover a competitividade, condição necessária para o desenvolvimento da nação”, informa o diretor-presidente.

Integração Lavoura- Pecuária- Floresta

As pesquisas referentes ao Programa de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (Prolapec), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), entram numa nova fase, ao contar com suporte financeiro de 4 milhões e 500 mil reais, a serem utilizados ao longo dos próximos três anos em ações de transferência de tecnologia e estudos complementares. Os recursos são provenientes de fundos setoriais do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), liberados no início de março, após negociação entre os ministros Sérgio Rezende e Roberto Rodrigues, com participação do presidente

da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Silvio Crestana.

O sistema de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta – que é fruto de pesquisas da Empresa – poderá ser utilizado em cerca de 40 milhões de hectares em todas as áreas de produção do Brasil. A Embrapa tem 18 de seus centros de pesquisa envolvidos no Programa.

Segundo a coordenadora do Prolapec, Mariza Luz Barbosa, o programa tem como enfoque a intensificação das atividades do setor agropecuário em regiões produtivas consolidadas, por meio da recuperação de áreas degradadas. Conforme prevê a economista, a adoção da tecnologia exigirá intensa atuação junto à cadeia produtiva, de modo a “enfraquecer a lógica econômica do desmatamento”.

Vantagens - Já foram constatadas vantagens significativas a partir da adoção do manejo integrado, no entanto, variáveis referentes à aplicação da tecnologia ainda precisam ser estudadas. Por esse motivo, em maio de 2005, o Ministério da Agricultura, em estreita parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, resolveu montar o Programa. Para o ex-ministro e consultor da Embrapa, Alysso Paulinelli, “o projeto de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta atende a uma demanda nacional e pode harmonizar os interesses dos setores produtivo e ambiental”.

O pesquisador Luiz Carlos Balbino, da Embrapa Arroz e Feijão, é o coordenador técnico do Programa e enumera os benefícios já alcançados pela tecnologia. “Ao integrar lavoura e pecuária, o produtor pode obter melhoria da qualidade do solo com a reciclagem de nutrientes; reduzir a incidência de pragas, doenças e, conseqüentemente, reduzir o uso de defensivos; além de conseguir maior produtividade de grãos e aumento na captação e no aproveitamento de água”.

Daí, decorrem, ainda, segundo Balbino, a estabilização da produção, a diminuição de riscos pela diversidade de atividades, a garantia de renda e a promoção da inclusão de mais trabalhadores no mercado de trabalho. “Enfim, a tecnologia

promove a sustentabilidade econômica, ambiental e social, sendo viável tanto em grandes como em pequenas propriedades”, aponta.

Os ganhos para o País, segundo os coordenadores do programa, também são significativos. “Vamos atacar novos biomas para aumentar a produção? Não. A Integração Lavoura-Pecuária-Floresta pode dobrar a capacidade produtiva em grãos e ampliar a produção de carne e leite”. A afirmação de Paulinelli é corroborada por Balbino, para quem a tecnologia reduz a pressão pela abertura de novas áreas, ao permitir explorar ao máximo as áreas destinadas à produção, além de possibilitar a recuperação de áreas desmatadas, preservando, ainda, os recursos naturais.

Inovação e Prospecção Tecnológica

A Rede de Inovação e Prospecção Tecnológica para o Agronegócio (Ripa) – criada para organizar um sistema de inteligência estratégica e competitiva com informações que fundamentem políticas públicas de pesquisa e desenvolvimento – venceu todas as etapas de discussão nas regiões Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste, e chega à sua segunda fase, que enfoca ações de impacto nacional.

Segundo o coordenador-executivo da RIPA e pesquisador da Embrapa, Paulo Cruvinel, um primeiro balanço das atividades aponta as prioridades em temas e projetos com plataformas tecnológicas e de gestão, elencadas a partir do resultado dos cruzamentos das propostas de cada região, e que vão contribuir para a revitalização do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA) e o fortalecimento do agronegócio, responsável pela

Sistema poderá ser usado em 40 milhões de hectares





Reunião da RIPA na região Sudeste

movimentação de US\$ 200 bilhões anuais e por 37% dos empregos gerados no País.

“Pode-se citar, entre as prioridades: agregação de valor a processos e produtos; aproveitamento sustentável de recursos naturais da biodiversidade e ecossistemas amazônicos; aquícultura e desenvolvimento de recursos pesqueiros; fontes renováveis de energia (agroenergia e energia alternativa); mudanças climáticas globais, sequestro de carbono e emissões; gestão da inovação; sanidade agropecuária; segurança alimentar e do alimento; tecnologias portadoras de futuro (como agricultura de precisão, análise de riscos, automação, biotecnologia, fitoterápicos, controle de pragas, fitoterápicos funcionais, instrumentação, melhoramento genético, modelagem, nanotecnologia, sensoriamento remoto, sistema de informação geográfica, tecnologia da informação e transferência agroindustrial); zoneamento; monitoramento territorial e recuperação de áreas degradadas, como integração lavoura-pecuária e florestas e boas práticas”, detalha Cruvinel.

De acordo com o pesquisador, a rede deverá proporcionar o estabelecimento de parcerias, o desenvolvimento de competências inter-relacionadas e a identificação de oportunidades tecnológicas. “A Ripa vai gerar um ambiente que maximize a canalização dos conhecimentos das organizações, integrando ações entre os setores que compõem o cenário da agricultura nacional, incluindo a comunida-

de científica, o setor produtivo, o terceiro setor e o Governo, além de subsidiar o CT-Agro, órgão ao qual a Ripa está vinculada, no estabelecimento de prioridades e na promoção de iniciativas que pressupõem decisões de natureza estratégica e competitiva, dependentes de prospecção e inovação tecnológica”, completa.

Para esta segunda fase de execução do projeto, está previsto, primeiramente, o estabelecimento sistêmico de núcleos regionais para o processo continuado de gestão da inovação com base no desenvolvimento regional e na consulta da sociedade quanto a dados de interesse do agronegócio, utilizando ferramentas de gestão de forma a promover e elaborar cenários para a tomada de decisão. Também se busca o estabelecimento de agenda de projetos prioritários e potenciais investidores. Logo depois, será buscada a sistematização e o mapeamento de competências do setor produtivo e terceiro setor, a preparação de base para a implantação do observatório de prospecção e a constituição do Comitê Gestor Nacional da inovação no agronegócio, a partir da formação dos comitês regionais, os quais foram estabelecidos na fase inicial da Ripa. Também está prevista a sistematização e a institucionalização do portal competitivo para o agronegócio nacional <http://www.ripa.com.br>, que disponibiliza ofertas e apresenta demandas tecnológicas, além de editais, projetos, artigos e publicações voltados para a área.

Segundo o diretor-presidente da Embrapa, Silvio Crestana, traçar perspectivas para o futuro, sem esquecer de olhar a situação presente, é uma das grandes tarefas da Ripa. “Precisamos integrar os atores do agronegócio nacional para construir uma visão de futuro e apontar caminhos para resolver os gargalos tecnológicos que enfrentamos”, destaca. De acordo com ele, a projeção de pesquisa e desenvolvimento tecnológico para o agronegócio tem se tornado cada vez mais complexa, na medida em que o setor vivencia uma ‘mudança de paradigmas’, com a emergência de áreas como a nanotecnologia, a bioenergia e os alimentos nutraceuticos,

que carregam em sua constituição bioquímica elementos farmacológicos. “Se não desenvolvermos essas novas tecnologias nos próximos dez ou quinze anos no País, teremos que comprar esses produtos já desenvolvidos do Exterior”, alertou.

Desde 2003, quando foi instalada, até hoje, a Ripa mobilizou cerca de 800 instituições de todo o Brasil para mapear demandas e competências regionais e identificar gargalos tecnológicos a serem superados a partir de atividades de pesquisa e transferência de tecnologia em cada macro-região brasileira, de onde agora sairão editais competitivos. A Ripa é fruto de uma parceria entre o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA USP-São Carlos), a Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG), a Listen Local Information System, o Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL). A implementação do projeto será feita com recursos do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Agronegócio (CT Agro), também do MCT.

As plantas do futuro

O Brasil abriga cerca de 20% da biodiversidade mundial, incluindo plantas, animais e microrganismos. Nesse patrimônio natural, estão guardadas inúmeras espécies com potencial para aplicações em diversas áreas, como: alimentação, medicamentos e a indústria da biotecnologia, dentre outras. Mas o conhecimento sobre essa riqueza genética ainda é pouco significativo, já que menos de 1% das espécies nativas foram pesquisadas geneticamente. Essa é a possível

causa porque apenas duas espécies brasileiras – mandioca e amendoim – fazem parte da lista das 15 plantas consideradas mais importantes para a alimentação da humanidade.

Levantamento levou à indicação de 149 espécies vegetais



Maracujá



Buriti



Faveiro

Preocupado com essa situação, o Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com a Embrapa, deram início, em 2004, ao projeto “Plantas do Futuro”, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre as plantas nativas do Brasil, de forma a beneficiar os pequenos produtores e o setor empresarial.

O projeto tem abrangência nacional e compreende ações em todas as regiões brasileiras. Na região Centro-Oeste, é coordenado pela Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia (Brasília-DF), em parceria com as unidades Embrapa Cerrados, Meio Ambiente e Pantanal; Centro Nacional de Plantas Ornamentais, Medicinais e Aromáticas do Ibama; Instituto Agrônomo de Campinas (IAC); Instituto de Botânica da Secretaria de Agricultura de São Paulo; além das universidades: Estaduais de Feira de Santana (BA) e de Maringá (PR); e as Federais de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e do Piauí.

A região Centro-Oeste do Brasil engloba uma área de 1.606.370 km², dividida entre os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e o Distrito Federal. Ao longo dessa extensão territorial, se encontram três biomas: o Cerrado, o Pantanal e parte da Floresta Amazônica, o que torna a região muito rica em espécies vegetais nativas. A maior parte delas apresenta qualidades e características que indicam potencial para uso sustentável pelos produtores locais e para a indústria, o que as levou a merecer o título de “plantas do futuro”.

O conhecimento tradicional de comunidades locais e populações indígenas é muito importante para o êxito do projeto, como explica o pesquisador da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia e coordenador do projeto, Roberto Vieira. “Na Região Centro-Oeste, espécies que podem ser consideradas “velhas conhecidas” das populações locais vinham perdendo a importância, apesar de seu potencial para o uso econômico. Por isso, estão sendo resgatadas com a confirmação de suas propriedades e diversificação de uso”, ressalta.

Indicação de 149 espécies – O levantamento realizado pelas instituições parceiras na região Centro-Oeste levou à indicação de 149 espécies vegetais, divididas em cinco categorias: aromáticas, forrageiras, fruteiras, medicinais e ornamentais. As informações técnico-científicas levantadas sobre cada uma delas incluem: descrição botânica, distribuição geográfica, tratos culturais, usos atuais e potenciais, cadeia produtiva, avaliação de mercado, pontos críticos e limitações.

Segundo Vieira, o objetivo principal do projeto é fazer com que as informações levantadas sobre a flora da região cheguem ao alcance dos pequenos produtores e do setor produtivo, de forma a otimizar sua utilização sustentável e seu aproveitamento comercial. Ele enfatiza que a riqueza da biodiversidade da região, apesar de notória, ainda não apresenta inserção significativa no mercado. “Essa situação só pode ser revertida com investimentos na geração de tecnologias adaptadas às condições sócio-econômicas existentes. O desenvolvimento desse projeto é um esforço conjunto para que as novas tecnologias geradas cheguem ao alcance do setor produtivo”, finaliza.

Melancias coloridas

DOCES e coloridas, assim deverão ser as novas melancias de polpa amarela, laranja e vermelha, que a Embrapa pretende colocar no mercado a partir de 2007. Desde 2002, a Embrapa Rondônia (Porto Velho-RO) desenvolve um programa de melhoramento genético da melancia, visando à obtenção de cultivares precoces, de frutos pequenos, com alto teor de açúcar, boa resistência ao transporte e com diferentes padrões de casca e cor de polpa.

Segundo o pesquisador da Embrapa Flávio de França Souza, três cultivares de cada cor serão oferecidas ao mercado e, embora apresentem o mesmo sabor, explica o pesquisador, do ponto de vista nutricional, as cultivares de polpa vermelha e amarela/laranja apresentam uma considerável diferença. As vermelhas são ricas em licopeno e as amarelas/laranjas são ricas em caroteno, que são pigmentos que têm função antioxidante, capazes de reduzir os efeitos do envelhecimento, neutralizando a ação dos radicais livres no corpo, e, além disso, têm um papel importante na função imunológica. O licopeno tem sido apontado como um importante aliado na prevenção do câncer e de doenças do coração.



Melancias coloridas

Retorno mais rápido - As novas cultivares são precoces, produzindo com cerca de 60 dias, em comparação com os 85 dias das variedades tradicionais, o que garante ao produtor retorno mais rápido e proporciona melhor aproveitamento da área e da mão-de-obra. Outra vantagem é o reduzido risco de perda por pragas, doenças e condições ambientais desfavoráveis.

Para o consumidor, as novas melancias serão mais práticas, pois, além de apresentarem excelente sabor, os frutos são pequenos, em torno de 2 a 4kg, o que significa menor preço por unidade, maior facilidade de transporte e rapidez no consumo, mesmo em famílias pequenas, evitando a armazenagem no refrigerador.

Mercado consumidor - A melancia é a segunda principal fruta produzida no

mundo, atrás apenas da banana. O Brasil ocupa a quarta posição em termos de produção; em 2004, foram colhidas 1,8 milhão de toneladas, em uma área de 81 mil hectares. A fruta se destaca também em termos de consumo. De acordo com dados da Pesquisa de Orçamento Familiar, realizada pelo IBGE em 2002/2003, a aquisição domiciliar per capita foi de 2,5 kg, a terceira maior, superada apenas pela banana e pela laranja. A Região Sul do País apresenta o maior consumo, com 4 kg anuais por pessoa.

Tecnologia na conservação do açaí

ÀS margens do Rio Guamá, na Ilha Murutucú, ao sul de Belém, são processadas anualmente 500 toneladas de açaí, transportadas de açaizais a quilômetros de distância da capital paraense. Em média, a viagem leva 24 horas de barco, tempo que compromete a qualidade do açaí e põe em risco a produção de polpa da Amazonfrut, fábrica de exportação encravada no meio da selva, e que depende da boa conservação dos frutos para abastecer o mercado externo, como os Estados Unidos, o maior consumidor, que só em 2005 recebeu 200 toneladas de açaí da Ilha.

Para garantir a qualidade do fruto, a empresa aposta em uma tecnologia que deverá estar no mercado em dois anos, mas que já promete ser a grande arma contra longas distâncias: o hidro-conservador. De formato parecido com um freezer horizontal, o equipamento parece ter chegado em boa hora no meio da Amazônia.

“Com o hidro-conservador, podemos buscar o açaí em outros lugares mais distantes e conservá-lo em melhores con-



O hidroconservador permite aumentar o tempo de armazenagem e conservação de alimentos vegetais frescos

dições durante o transporte”, afirma o diretor-administrativo da Amazonfrut, André Schowb. Atualmente, o açaí processado pela fábrica é transportado em caixas plásticas, principalmente da região Norte da Ilha de Marajó, e a maior perda, conforme observação de Schowb, é em termos de qualidade. A expectativa do empresário é ir mais longe, com o uso do hidro-conservador: trazer açaí do meio da Ilha, de onde, segundo ele, a distância é bem maior e levaria de 36 a 48 horas de barco para chegar até a fábrica.

A metodologia para armazenamento e conservação de alimentos vegetais frescos, denominada hidro-conservação, pela qual os produtos, já embalados, são armazenados imersos em meio líquido, foi desenvolvida pela Embrapa Instrumentação Agropecuária (São Carlos-SP). Esta técnica permite aumentar o tempo de prateleira dos produtos vegetais frescos, por meio da redução da temperatura de armazenamento, sem o perigo de congelar os produtos armazenados. No caso do açaí, o tempo de prateleira passa de quatro para onze dias.

Produtos frescos com segurança - O pesquisador responsável pelo desenvolvimento da tecnologia, José Dalton Cruz Pessoa, explica que a alta capacidade calorífica e a condutividade térmica da água

são os fatores que permitem controle da temperatura e grande homogeneidade térmica em todo o volume da câmara de armazenagem. De acordo com ele, os testes realizados preliminarmente mostraram que a nova metodologia permite armazenar produtos frescos com segurança a apenas 0,4°C acima do ponto de congelamento. “Com a couve-manteiga, por exemplo, o ganho foi superior a 100% no tempo de prateleira, em comparação com a metodologia convencional”.

O açaí foi escolhido para teste por representar a segunda maior fonte extrativista vegetal do Pará – depois da madeira –, fornecendo palmito e polpa de fruta. Cerca de 70% da produção é extrativista, colhida por pequenos proprietários à beira dos rios e igarapés na bacia e no delta do Amazonas, da qual se obtém uma importante fonte de nutrientes e de dinheiro. A produção de 2005 foi estimada pelo IBGE em 330 mil toneladas, correspondendo a um mercado de quase R\$200 milhões. Um aumento de 420%, comparado com 1996, quando a produção chegou a mais de 78 mil toneladas.

Agrossilvipastoril no Nordeste

CAMPONESES de 14 regiões do Ceará e Rio Grande do Norte estão avaliando a substituição da tradicional agricultura de coivara – na qual a vegetação é queimada antes do plantio – por uma forma mais produtiva e ecologicamente correta de exploração da terra: o Sistema de Produção Agrossilvipastoril. Desenvolvido na Embrapa Caprinos (Sobral-CE), o modelo consegue, ao mesmo tempo, conservar os recursos naturais, fixar o homem no campo e aumentar com

sustentabilidade a produtividade agrícola e pecuária.

Segundo o pesquisador João Ambrósio de Araújo Filho, coordenador das pesquisas, o sistema possibilita uma produção animal de 61 kg/ha ao ano, dez vezes maior que no modelo tradicional. A produção de grãos chega a 1.400 kg/ha/ano, enquanto a média do Ceará, hoje, não ultrapassa os 400kg/ha. Associado ao aumento da produção, é possível afastar o perigo da desertificação, que, só no estado do Ceará, ameaça entre 15% a 20% do território.

Outra vantagem do sistema é a fixação da atividade agrícola em um mesmo local, o que não é possível no modelo tradicional, em que, por conta do esgotamento do solo, a rotação entre as terras é intensa, promovendo a degradação de territórios cada vez maiores. Como consequência, restam no Ceará menos de 10% da vegetação original. Além das perdas da biodiversidade vegetal e da fauna, o sistema tradicional promove grandes perdas do solo e o assoreamento dos cursos d’água. De acordo com João Ambrósio, só a erosão faz com que se percam cerca de 100 toneladas de solo por hectare ao ano no Ceará.

Cópia da natureza

Para reverter este quadro de degradação, o Sistema de Produção Agro-silvipastoril copia ao máximo a natureza, preservando árvores, mantendo reservas de floresta nas propriedades e a mata ciliar dos cursos d’água. Nele, as árvores e os arbustos são associados à agricultura e pecuária numa mesma área, simultaneamente.

No modelo, a propriedade de oito hectares é dividida em três parcelas: agrícola, pecuária e reserva legal. Nas áreas pastoril e agrícola, é feito o raleamento da Caa-tinga. O sistema permite a criação de até 20 ovelhas ou cabras ao ano. Isso evita a degradação por sobre-pastejo, quando são mantidos animais em quantidade superior à capacidade do pasto.

Na área agrícola, a madeira útil é retirada e os garranchos são amontoados em cordões, separados pelo espaçamento de três metros. Ao lado dos cordões, são

plantadas leguminosas, como leucena e gliricídia, e as culturas de grãos, como milho e feijão, se encaixam nos três metros. O objetivo de intercalar as culturas com os cordões de garranchos é evitar a erosão e manter o adubo verde para o solo.

O modelo mantém também as árvores nativas, que, entre outras vantagens, evitam a erosão e o empobrecimento do solo. O grande desafio, de acordo com João Ambrósio de Araújo Filho, é convencer o agricultor, acostumado com a prática ancestral da coivara, a adotar um novo sistema. Para isso, os pesquisadores buscam a ajuda de instituições que já tenham atuação junto aos camponeses.

Parceria contra o êxodo

A obtenção de lucro em propriedades familiares produtoras de leite, antes, deficitárias; o aumento da renda do pequeno produtor; a redução do êxodo rural e o aumento de 12 a 15 vezes da produção e produtividade de leite: esses são os principais resultados do projeto de pesquisa e desenvolvimento, realizado pela Embrapa Pecuária Sudeste (São Carlos-SP), em centenas de pequenas propriedades, nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Minas Gerais, dirigido a produtores e a técnicos da extensão rural.

São mais de duzentos pequenos pecuaristas, com terras de dois a 20 hectares, que foram ou são diretamente assistidos. No entanto, os resultados práticos extrapolam esse número, devido ao “efeito multiplicação”, quando muitos produtores da região passam a se interessar pelos progressos obtidos por seus vizinhos. Além disso, os parceiros da Embrapa nesse trabalho – órgãos de extensão rural e cooperativas – também podem levar a experiência a outros produtores e regiões.

Esse trabalho tem várias características inovadoras, aponta o chefe-geral da Embrapa Pecuária Sudeste, Nelson José Novaes, como o fato de todas as atividades serem realizadas nos sítios e chácaras dos pecuaristas, que não são apenas unidades demonstrativas, mas verdadeiras “salas de aula”, com a presença constante dos técnicos da Embrapa Pecuária Sudeste e do órgão parceiro de extensão rural.

Outra característica é a obrigatoriedade do trabalho conjunto entre a Embrapa e um órgão de extensão rural ou uma cooperativa. Os pesquisadores da Embrapa Pecuária Sudeste visitam a propriedade a cada três meses, enquanto os técnicos da cooperativa ou da extensão rural têm presença constante, pois eles trabalham e moram no mesmo município – ou município vizinho – do produtor assistido.

Cerca de 90% dos produtores assistidos pela Embrapa Pecuária Sudeste conseguem produção diária de até 80 litros, no início dos trabalhos. Após o processo de tecnificação, passaram a obter de 300 a mais de mil litros por dia. Mas o indicador mais importante na atividade – a produção de leite por hectare por ano – foi elevado de 12 a 15 vezes.

Muitos desses produtores são pequenos pecuaristas que estavam a ponto de abandonar a atividade e, hoje, estão numa situação confortável. A Embrapa monitora a evolução tecnológica dos participantes. O aumento de renda vem da sua própria atividade, ao adotarem, gradativamente, tecnologias, manejos e bom gerenciamento.

A tecnologia do aroma

O Brasil exporta, anualmente, cerca de 2 milhões de sacas de café solúvel. No processo de produção desse tipo de café, parte do aroma se volatiliza, transformando-se em gases, que deixam o

produto. Como o aroma é um fator muito importante no consumo do café, as indústrias de solúvel, muitas vezes, precisam repor ao produto final os aromas perdidos no processo de fabricação.

Para que isso seja possível, pesquisadores do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (CBP&D/Café), coordenado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), desenvolveram um método que obtém aromas por meio da técnica da pervaporação – já utilizado para a obtenção de aromas de frutas, como laranja e limão –, que separa os componentes voláteis existentes no produto.



Técnica de pervaporação recupera aromas de café perdidos no processo de fabricação

Segundo o pesquisador da Embrapa Café, Sérgio Henriques Saraiva, coordenador do projeto, mais de 800 compostos voláteis do café já foram identificados até o momento, e a pervaporação é uma técnica que tem se mostrado promissora para a extração, identificação e quantificação dos que são representativos do aroma.

Para o Gerente Geral da Embrapa Café, Gabriel Bartholo, esse processo, ainda restrito aos laboratórios, poderá ser adaptado – no futuro – para utilização tanto nas indústrias de solúvel quanto para a elaboração de novos produtos à base de café, como balas, bombons, bolos, sorvetes etc.

O projeto está sendo desenvolvido pela Embrapa Café (Brasília-DF), em parceria com a Embrapa Agroindústria de Alimentos e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro).

Produção integrada e sustentável do café

N O Brasil, cerca de 40 milhões de sacas de café são produzidas anualmente, ocupando uma área em torno de 2,2 milhões de hectares cultivados. Pesquisadores do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (CBP&D/Café), coordenado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), elaboraram a Produção Integrada do Café (PIC), um conjunto de normas técnicas que tem por finalidade a produção cafeeira com sustentabilidade econômica, social e ambiental.

A PIC foi desenvolvida a partir do modelo elaborado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para outras culturas, como a Produção Integrada de Frutas (PIF), que já está sendo largamente utilizada para certificação de frutas destinadas à exportação. O modelo consiste de um código de conduta que deverá ser seguido por todos os atores da cadeia agroindustrial do café, interessados na certificação do seu produto. O café que tenha sido – em todas as fases do processo – produzido conforme as normas estabelecidas pela PIC estará apto a receber, em uma fase posterior, a certificação. A organização das informações permite a rastreabilidade de todas as ações realizadas no processo produtivo, desde o cultivo no campo até sua comercialização.

O coordenador do projeto de pesquisa e consultor do CBP&D/Café, Bernardo van Raij, ressalta a importância do desenvolvimento de um sistema de produção integrada que, segundo ele, traz, imediatamente, uma série de vantagens. Além de melhorar a qualidade de vida no Planeta, por produzir café respeitando a capacidade de suporte do ecossistema, a produção integrada aumenta a longevidade do sis-

tema produtivo, devido à maior proteção dos solos e do ambiente. Ele acrescenta que a produção cafeeira com base na PIC poderá trazer, ainda, melhor resultado econômico ao produtor rural, devido ao menor uso de agrotóxicos (utilizando o método de controle integrado de pragas e doenças), de fertilizantes químicos e da água usada para irrigação, além de outros.

Para o Gerente-Geral da Embrapa Café, Gabriel Bartholo, com a PIC, o Consórcio contribuirá de forma expressiva não só no aperfeiçoamento da cafeicultura como também na organização de um sistema permanente de monitoramento dos problemas da cultura e de identificação de pontos críticos que requerem maior atenção da pesquisa ou da transferência de tecnologias.



A PIC é sinônimo de sustentabilidade econômica, social e ambiental

Carne orgânica de cabrito

A qualidade nutritiva da carne caprina faz especialistas apontarem-na como a carne do futuro, com menos gordura intramuscular e de cobertura, menos colesterol e calorias em relação às outras carnes, inclusive, a de galinha. A característica de ser “magra” propicia um bom apelo junto ao mercado consumidor,



Sistema agrega valor à carne e insere os agricultores do Semi-Árido Nordestino no mercado

aliado ao crescimento, na taxa média de consumo anual, da ordem de 2,54%, que é significativo, quando comparado ao de bovinos, que é de apenas 0,73%.

Na Embrapa Semi-Árido (Petrópolis, PE), as pesquisas têm procurado agregar a esta carne a qualidade de orgânico, visando ao impacto social e econômico na caprinocultura da região, que detém mais de 90% do rebanho brasileiro. O sistema de criação ecológico, definido nas pesquisas, incorpora à atividade o manejo dos animais associados ao pasto natural, à padronização de cortes especiais da carne e ao controle higiênico e sanitário da produção, além do processamento e distribuição de derivados. “A produção orgânica de caprinos favorece a inserção dos agricultores familiares da região em mercados agrícolas no Brasil e no Exterior”, afirma José Nilton Moreira, pesquisador da Embrapa.

Tecnologia Social – Os índices de desempenho do sistema de criação ecológico chegam a ser mais de duas vezes superiores aos dos sistemas de produção predominantes na região. A idade de abate, por exemplo, é reduzido de 15-16 meses para 8 a 10 meses. O aumento da produtividade para um rebanho com 50 matrizes salta de 1000 kg de carne de cabrito/ano para mais de 2.000 kg/ano, considerando maiores índices de fertilidade, de número crias por cabra parida e menor mortalidade dos animais no sistema de criação da Embrapa. Com base nestes resultados,

a Fundação Banco do Brasil incluiu o cabrito ecológico em seu Banco de Tecnologia Social.

Feijão mais produtivo no Semi-Árido

O feijão caupi (*Vigna unguiculata*), mais conhecido como feijão-de-corda, é a principal fonte de proteína na dieta alimentar das famílias de pequenos produtores do Semi-Árido nordestino. Cultura de subsistência, integra a dieta alimentar de 27 milhões de brasileiros e movimenta negócios da ordem de 350 milhões de dólares. Devido ao regime irregular de chuvas na região e aos poucos



Inoculante com bactérias do gênero rizóbio aumentou a produção em 85%, sem uso de adubo químico

recursos tecnológicos em uso nos sistemas agrícolas, de pequenos e médios produtores, as safras são reduzidas, quando não são perdidas totalmente, nos anos de seca mais intensa.

Com o objetivo de ampliar as possibilidades de produção deste cultivo e aumentar a oferta de alimentos e oportunidades de renda, a Embrapa Agrobiologia (Seropédica – RJ), em parceria com a Embrapa Semi-Árido (Petrolina – PE) e a Universidade Federal da Paraíba, desenvolveu um novo inoculante para o feijão caupi.

Os resultados surpreenderam até mesmo os pesquisadores, já que a aplicação do inoculante com bactérias do gênero rizóbio, em alguns plantios, aumentou a produção em até 85 %, sem o uso de nenhum adubo químico. Hoje, após a realização de experimentos em diversas regiões, sabe-se que a média de produtividade com o uso do inoculante tem sido de 600 kg/ha, bem acima da média registrada na região, que é de 400 kg/ha.

A utilização do inoculante pelo produtor também reduz os custos de produção. Para se ter idéia, uma dose de inoculante para ser utilizada em 50 quilos de sementes de feijão (suficiente para plantar um hectare) custa, em média, R\$3,00. Se optar pelo adubo químico, o agricultor vai gastar em torno de R\$85 por hectare.

Nos testes de campo realizados com a bactéria, um fato chamou a atenção dos pesquisadores: no último ano, alguns agricultores decidiram duplicar a área plantada. Isso foi um indicador de que o potencial da bactéria estava aprovado pelos produtores.

O agricultor José Manoel de Sá, da localidade de Volta do Riacho, na zona rural de Petrolina (PE), plantou em 2002 uma área de 212 m² e obteve um ganho de 36% na produção. Satisfeito, o agricultor aumentou a área inoculada para 1500 m², no ano seguinte, e conseguiu um aumento de 52% na produção, conforme relata a professora Lindete Miria Vieira Martins, da UNEB, que fez o acompanhamento dos resultados junto aos produtores, em Pernambuco.

Balaio de milho reduz perdas

UMA tecnologia acessível a pequenos agricultores, capaz de oferecer um milho de melhor qualidade, sem resíduos de agrotóxicos ou danos causados por roedores e insetos. Estes são os diferenciais do paiol “Balaio de Milho”, tecnologia desenvolvida pela Embrapa Milho e Sorgo (Sete Lagoas-MG).

Ele apresenta como inovação a facilidade de uso e a redução do custo do processo de combate ao caruncho do milho armazenado nas pequenas propriedades. “Isso representa mais saúde para a família do agricultor e maior produtividade dos animais, por um menor custo e com maior rendimento”, explica o pesquisador Jamilton Pereira dos Santos.

O paiol é resultado de parceria entre a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater-MG) e a Embrapa Milho e Sorgo, e substitui, segundo o pesquisador, tecnologias tradicionais, pelas quais o controle de pragas é



Milho de melhor qualidade, sem resíduos de agrotóxicos

dificultado, por exigir altos investimentos em mão-de-obra. “Um dos diferenciais da tecnologia é a facilidade de construção e o baixo custo dos materiais”, explica o pesquisador.

Outras vantagens são a possibilidade de ajuste a diferentes quantidades de milho, a facilidade de controle de roedores, já que existe uma barreira de metal para impedir o acesso do rato ao milho, e a secagem natural do grão em espiga, favorecida pela circulação de ar entre as telas de arame.

Floricultura em expansão

ESTIMATIVAS do Instituto Brasileiro de Floricultura (Ibraflor) apontam que a floricultura movimenta, no Brasil, cerca de US\$800 milhões por ano. A atividade mobiliza, no País, aproximadamente 4.000 produtores, numa área de 5,5 mil hectares, e gera em torno de 120 mil empregos. Grande parte dessa produção é desenvolvida por pequenos produtores atraídos pela expressiva rentabilidade e alta taxa de empregos gerados por unidade de área do setor. Segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a floricultura emprega entre 15 e 20 trabalhadores por hectare, propiciando uma renda de R\$50 mil a R\$100 mil, enquanto a mesma área de fruticultura abre cinco postos de trabalho e tem um retorno de R\$25 mil.

O Brasil está começando a consolidar sua participação nesse cenário, e é no desenvolvimento da floricultura tropical que o País mostra suas mais promissoras possibilidades ecológicas, produtivas e comerciais. Nesse contexto, o Nordeste tem um grande potencial de participação, em razão da localização privilegiada para a exportação, agrossistemas diferenciados e favoráveis, rotas marítimas e aéreas re-

gulares, além de políticas públicas eficazes, voltadas para esse setor.

Em 2005, por exemplo, as exportações brasileiras de flores e plantas ornamentais somaram US\$25,7 milhões, de acordo com o Ibraflor, representando um crescimento de 9,58% sobre os resultados do ano anterior. É uma participação ainda tímida, de somente 0,3% do mercado mundial, que gira em torno de US\$9 bilhões anuais. E, nesse cenário, as flores tropicais representam menos de 5% das exportações brasileiras de flores. Para melhorar esse quadro, é necessário um maior investimento nas áreas de pesquisa, padronização de produtos, embalagem e abertura de novos mercados.

Atenta à essa demanda, há dez anos, a Embrapa Agroindústria Tropical (Fortaleza/CE) iniciou ações para o desenvolvimento do setor, colocando-se como pioneira na formação de uma equipe de pesquisadores para o estudo de flores tropicais. Investiu-se em infra-estrutura e na criação de uma coleção de flores tropicais para dar suporte aos trabalhos de pesquisa. São mais de seis mil exemplares, entre bromélias, orquídeas, helicônias, antúrios e abacaxis ornamentais, que estão servindo de base para iniciar programas de melhoramento genético

de espécies e de criação de novos tipos de flores.

Um dos primeiros trabalhos desenvolvidos foi com os abacaxis ornamentais. Nativos do Brasil, eles vêm sendo bastante consumidos na Europa e nos Estados Unidos, e têm como um dos principais pólos produtores o Estado do Ceará. Segundo dados da Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária, as exportações de abacaxi ornamental em 2003 alcançaram US\$298,9 mil, sendo os principais destinos: Holanda, Alemanha e Portugal. No ano seguinte, as exportações aumentaram em 34%, chegando a US\$412,9 mil, tendo os Estados Unidos como o segundo importador (12% do total), ficando atrás somente da Holanda.

O principal fator que colocou o Ceará como pioneiro na produção dessa planta ornamental foi o desenvolvimento do protocolo para a produção de mudas em larga escala, realizado pela Embrapa Agroindústria Tropical. A disponibilidade de mudas de qualidade, uniformes e isentas de pragas e doenças, proporcionou a rápida expansão das áreas de produção.

Mais pesquisas

A pós-colheita é parte fundamental para o aumento da vida útil e da conservação das

flores, viabilizando sua comercialização para os mercados interno e externo. Por isso, foi realizado um diagnóstico junto a produtores do Ceará sobre as técnicas pós-colheita que estão sendo utilizadas. O estudo também avaliou a vida útil real de diversas espécies de flores tropicais e iniciou estudos para aumentá-la, testando um bloqueador de etileno – hormônio responsável pelo envelhecimento de flores e frutos.

A pesquisa também está definindo um sistema de produção eficiente e com bases técnicas para abacaxi ornamental, antúrios, helicônias e alpinias, em áreas litorâneas, testando adubação, irrigação e espaçamento de cultivo. A constatação da viabilidade técnica do cultivo protegido de flores tropicais nessas áreas pode ampliar o cultivo na Região Nordeste.

nutrientes e estimular os efeitos benéficos trazidos pelos microrganismos.

pontânea por este tipo de carne, com um mercado potencial maior do que a oferta, especialmente, nas duas maiores metrópoles brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro, onde é mais consumida. A produção sai, em primeiro lugar, de Goiás, seguido dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Pesquisadores da área estimam que a produção está em 400 t/ano.





Embrapa

ESCOLA DE CEOS

Na hora da pós-graduação, a Fundação Getulio Vargas é a preferida (em número de presidentes)

Fundação Getulio Vargas	29
Universidade de São Paulo	8
Insead	6
Kellogg Business School	4
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	4
Michigan	4
Universidade Federal do Rio de Janeiro	3
Outras brasileiras	28
Outras estrangeiras	25

74

presidentes foram recrutados na própria empresa que lideram

AS MELHORES EMPRESAS PARA VOCÊ TRABALHAR 23

A PÓS-GRADUAÇÃO PREFERIDA
ENTRE OS PRESIDENTES
DAS EMPRESAS DO GUIA
EXAME-VOCÊ S/A 2005.

CURSOS DE CURTA DURAÇÃO:

- Ambiente Macroeconômico e Modelos de Avaliação de Risco de Crédito para Pessoa Jurídica
- Economia Financeira Aplicada a Investimentos - ANBID
- Economia Financeira Aplicada a Investimentos para Graduandos
- Introdução ao Mercado Financeiro Brasileiro
- Macroeconomia da Construção
- Operações Cambiais Financeiras e Comerciais

MBA:

- Bens Culturais: Cultura, Economia e Gestão
- Gestão Estratégica e Econômica de Projetos
- Executivo da Indústria Farmacêutica (FEBRAFARMA)

Escola de Economia de São Paulo
www.fgvsp.br/economia - 0800.285.5900

Crédito rural

Apoio à comercialização

OS entendimentos sobre a “Medida Provisória do Bem” saíram da esfera técnica e entraram na política. Das medidas sugeridas pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), a primeira idéia descartada é a de reduzir impostos da PIS e COFINS, inseridos sobre produtos, e isentar de Imposto de Renda os títulos de captação lançados pelo governo em meados de 2004, para atrair recursos privados para o agronegócio. A renúncia fiscal custaria aos cofres públicos cerca de R\$5 bilhões.

Assim, o pacote de benefícios aos produtores rurais ficou mais restrito do que se planejava inicialmente. A prioridade foi atacar os pontos cruciais, que prejudicam o setor, em curto prazo. As decisões a respeito de temas estruturais, como tributação e logística, ficarão para depois.

O pacote tem dois enfoques:

- Renegociação das dívidas dos agricultores;
- Apoio à comercialização da safra 2005/06.

De acordo com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), no total, as dívidas dos produtores somam, incluindo débitos com o setor privado e o público, mais de R\$13 bilhões, assim divididos:

- R\$6,0 bilhões em inadimplência na chamada securitização - renegociação de débitos feita em 1995 pelo prazo de 25 anos;
- R\$1,4 bilhão do Plano Especial de Saneamento de Ativos (Pesa), lançado pelo governo em 1998;
- R\$2,8 bilhões em dívidas com os fundos constitucionais;

- R\$2,91 bilhões referentes a débitos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Existem ainda as operações com credores privados, pois grande parte da dívida se refere à inadimplência com fornecedores de defensivos agrícolas, adubos e sementes. A gravidade da situação financeira dos produtores rurais do segmento de grãos justifica um pacote de socorro ao setor na rolagem dos débitos rurais. Serão prorrogados cerca de R\$7,2 bilhões dos empréstimos de custeio de investi-

mento contraidos pelos agricultores para financiar a safra.

Efeito dominó

Em 2005, o valor bruto da produção agropecuária encolheu perto de R\$17 bilhões, em termos nominais; o valor caiu de R\$185 bilhões, em 2004, para R\$167 bilhões. A queda ficou concentrada na área vegetal, pois na pecuária, a variação foi negativa, mas bem pequena.

Assim, as medidas têm por objetivo minimizar os impactos da crise enfrentada

Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBA) - (em R\$ milhões)

Produtos	2004	2005	Variação (%)
Soja	35.091,60	24.791,20	-29,4
Milho	13.543,00	10.056,10	-25,7
Café beneficiado	9.042,70	9.266,20	2,5
Arroz	8.657,50	6.598,80	-23,8
Feijão	3.650,40	3.973,40	8,8
Algodão	4.537,20	3.395,80	-25,2
Trigo	2.550,20	2.023,10	-20,7
Totais agrícolas	115.594,70	97.957,60	-15,3
Carne bovina	32.062,60	30.166,30	-5,9
Frango	16.422,10	16.900,20	2,9
Leite	11.928,50	12.740,20	6,8
Suínos	6.517,60	6.625,20	1,7
Ovos	3.386,10	3.372,20	-0,4
Totais pecuários	70.317,00	69.804,10	-0,7
Totais gerais	185.911,70	167.761,70	-9,8

Fonte: Preços (FGV); Produção (IBGE) Elaboração: CNA



pelo agronegócio, em função de fatores que passam pela desvalorização cambial, perda de produção por problemas climáticos, elevação de custos e preços baixos.

A preocupação com a crise é intensa e ultrapassa as fronteiras do agronegócio, pelo efeito dominó na renda de outras atividades. A situação é aguda para a economia de alguns Estados, e até mesmo na visão de médio prazo no combate à inflação.

Os produtores de grãos ainda sentirão na safra 2006/07 as seqüelas da crise de rentabilidade. Os investimentos no plantio da temporada estão limitados com a valorização do real sobre o dólar e o crescente endividamento. A área plantada total deverá registrar nova queda, de 5 milhões a 6 milhões de hectares. Somado ao decréscimo de 4,5% da safra 2005/06, em dois anos, o recuo seria superior a 10%; uma redução no potencial da produção de 25 milhões de toneladas de grãos.

Fora do pacote, o Tesouro Nacional terá ainda que absorver, este ano, R\$6,5 bilhões em prejuízos provocados por parcelas e encargos de dívidas atrasadas, originárias, sobretudo, da atividade rural, dos fundos constitucionais do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO). Acumulada desde 1989, a maior parte desses débitos, atrasados há mais

de seis meses, já começou a ser lançada pelos três fundos como prejuízo em seus balanços.

O governo determinou aos bancos gestores a obrigação de contabilizar todas as operações de risco compartilhado entre os fundos e seus agentes financeiros, vencidas há mais de 180 dias, como prejuízo nos balanços dos fundos. O FNE já admitiu prejuízo de R\$4,889 bilhões em seus balancetes; o FNO, R\$1,308 bilhão, e o FCO, R\$303 milhões.

Para a comercialização da agricultura, que vai até junho, o pacote destina R\$1,238 bilhão para apoiar a comercialização. Desse volume, R\$738 serão libera-

dos ainda neste mês, e os outros R\$500 milhões, em maio. As operações terão juros de 8,75% ao ano.

Preços mínimos

Do volume a ser disponibilizado pelo governo para apoiar a comercialização, R\$1 bilhão serão utilizados para sustentação de preços por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos.

Os recursos vão apoiar principalmente a comercialização de algodão, arroz, milho e trigo, por meio de instrumentos de crédito, como contrato de opção privada (PROP) e Prêmio de Escoamento do Produto (PEP).

Mais R\$238 milhões serão liberados para o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Além disso, serão disponibilizados R\$5,7 bilhões em crédito rural de comercialização para aplicação até 30 de junho de 2006.

Comercialização

Para ampliar o volume de crédito de comercialização ao produtor rural, o Ministério da Fazenda encaminhará ao Conselho Monetário Nacional (CMN) voto propondo as seguintes medidas com vigência até 30/6/06:

Comercialização da safra 2005/06 (*)

Produto	Volume (mil toneladas)	Recursos (R\$ milhões)
Algodão	460	253
Arroz	1.200	306
Milho	4.000	420
Trigo	1.000	209
Mandioca	1.000	50
Total	7.660	1.238

Fonte: MAPA (*) Aquisição do Governo Federal (AGF), Leilões de Prêmio de Escoamento de Produto (PEP) e Prêmio de Risco de Opção Privada

- a) desvincular o limite de financiamento de comercialização do limite do crédito de custeio;
- b) elevar o limite de crédito de comercialização para produtores de algodão, arroz, milho, soja, sorgo e trigo.

Prorrogação de financiamentos

Foram propostas as seguintes medidas relativas à prorrogação dos financiamentos:

a) Investimento – o Ministério da Fazenda encaminhará ao CMN voto propondo a prorrogação das parcelas vencidas e a vencer em 2006 dos programas de investimentos com recursos do BNDES (Finame Agrícola Especial), de Fundos Constitucionais, Tesouro Nacional e de outras fontes de recursos equalizáveis pelo Tesouro Nacional (programas MAPA-BNDES, FAT, Proger Rural e Pronaf). As parcelas de 2006, cujo total remonta a R\$7,2 bilhões, terão vencimento postergado para 12 meses após o vencimento da última parcela do contrato. Essa medida se aplica aos produtos que têm problema de comercialização e preço.

b) Custeio da safra 2005/06 – Mediante comprovação de dificuldades de comercialização ou de frustração de safra, os agentes financeiros estão autorizados a prorrogar as dívidas relativas ao custeio de 2005/06, de acordo com a capacidade de pagamento do produtor, independentemente da fonte dos recursos.

c) Dívidas prorrogadas em 2005 por problemas de estiagem – O Ministério da Fazenda encaminhará ao CMN voto propondo a prorrogação, para 12 meses após o vencimento da última parcela, dos vencimentos de 2006 das dívidas de custeio

prorrogadas em 2005, em decorrência da estiagem. O montante de vencimentos em 2006 é de R\$530 milhões no Banco do Brasil.

d) Ampliação da linha FAT Giro Rural – O Governo Federal está recomendando ao Codefat estender para 31/12/2006 o prazo de contratação da linha FAT Giro

Rural. Também serão ampliadas as finalidades da linha, permitindo o financiamento da liquidação de CPR (Cédula de Produto Rural), entre outros.

Seguro Rural

O orçamento de 2006, encaminhado pelo Governo Federal ao Congresso, prevê R\$44 milhões para o programa de subvenção ao prêmio do seguro rural. ■

Ataques ao Brasil nos EUA e na Europa

A agricultura brasileira é alvo de duras campanhas lançadas por produtores dos Estados Unidos, Europa e de outras partes do mundo, no momento em que se intensifica a negociação para liberalizar o comércio global.

Uma coalizão de organizações de produtores de 51 países, liderada pelos europeus, declarou no final do último mês que a liberalização global dará ao Brasil “capacidade para desestabilizar a agricultura mundial” e “matar” o setor em várias partes do mundo.

Nos EUA, 16 organizações de *commodities* enviaram carta ao governo Bush acusando a agricultura brasileira de crescer às custas de perdão de dívidas e taxas de juros favorecidas.

O presidente da Comissão Agrícola do Parlamento Europeu, Joseph Daul, considera a competitividade agrícola do Brasil criadora de um “problema geopolítico”: a OMC abre os mercados, o Brasil abocanha a maior fatia e muitos países terão mais desemprego agrícola. “Aí, muita gente vai tentar emigrar da Europa”, disse.

O ataque mais organizado parte de entidades de *commodities* americanas – soja, açúcar, algodão, frango, carne bovina, trigo, leite,

sorgo – refletindo o temor da concorrência brasileira. Em carta ao principal negociador comercial americano, Rob Portman, e ao secretário da Agricultura, Mike Johanns, sugerem para frear países exportadores como o Brasil: exigir na OMC que estes países assumam os mesmos compromissos que os países ricos.

Para as principais *commodities* de interesse dos EUA, as entidades defendem o uso de um teto para identificar países e setores a serem “graduados” (passam a ser considerados desenvolvidos), a partir de uma participação de 5% nas exportações mundiais.

Se a medida for aplicada, o Brasil reduzirá a sua margem de ajuda aos agricultores, com perda de prazos maiores para implementar as futuras regras agrícolas. Como se enquadra entre os países em desenvolvimento, o Brasil não tem hoje nenhum programa de apoio aos agricultores.

Embora reconheçam que o Brasil está longe de conceder o volume de subsídios autorizado pelos acordos atuais da OMC, as entidades americanas acham que compromissos rígidos podem frear o uso de “créditos subsidiados e perdão de dívidas”, que apoiariam o setor agrícola brasileiro.

Biossegurança

O Protocolo de Cartagena

Marcus Vinícius Segurado Coelho*

O Protocolo de Cartagena (PC), firmado no âmbito da Convenção de Diversidade Biológica, entrou em vigor no dia 11 de setembro de 2003. Ele conta atualmente com 132 países, sendo a maioria formada por importadores de alimentos. O Brasil ratificou o Protocolo por meio do Decreto Legislativo nº 908 (21/11/2003). O texto do Protocolo foi promulgado pelo Presidente da República por meio do Decreto nº 5705, de 16/02/2006.

O objetivo do protocolo é contribuir para um nível adequado de proteção e segurança na transferência, no manuseio e uso dos Organismos Vivos Modificados (OVM), levando em conta a possibilidade de riscos à diversidade biológica e/ou à saúde humana.

O Protocolo classifica os OVM em três categorias:

- Na introdução intencional no Meio Ambiente (por exemplo, sementes para plantio);
- Na alimentação humana, animal ou no processamento (AHAP) (por exemplo, milho GM para ração);
- No Uso em Contenção (por exemplo, microrganismos para uso em laboratório ou indústria).

O detalhamento dos requisitos de identificação dos OVM foi definido no próprio texto do Protocolo. Para os OVM destinados à alimentação humana, animal ou ao processamento (AHAP), o texto do Protocolo estabeleceu que o detalhamento das informações seria definido posteriormente na Reunião das Partes do Protocolo.

O artigo 18 – 2 (A) estabelece que cada parte adotará medidas para garantir que

a documentação que acompanha os OVM destinados a uso direto como alimento humano ou animal, ou para processamento, identifiquem claramente que “pode conter” OVM e que não se destinam à introdução intencional no ambiente.

“A Conferência das Partes (...) adotará uma decisão sobre os requisitos pormenorizados para este fim, inclusive a especificação de sua identidade e qualquer identificação exclusiva, no mais tardar, dois anos depois da entrada em vigor do PC, em setembro de 2005.”

Veja as decisões da 3ª Reunião das Partes do Protocolo em Curitiba sobre identificação de carregamentos contendo OVM destinados à AHAP.

- Nos casos em que a identidade do OVM for conhecida por meios como o de sistemas de preservação de identidade, o exportador informará na documentação o carregamento “CONTÉM OVM”. Nos casos em que a identidade do OVM não for conhecida por meios como o de sistemas de preservação de identidade, o exportador informará na documentação que o carregamento “PODE CONTER UM OU MAIS OVM”.
- Em qualquer situação, será exigido o detalhamento sobre os OVM que estão ou que possam estar presentes no carregamento, bem como um alerta de que o produto não se destina à introdução no meio ambiente.



- A experiência obtida na implementação da regra de identificação de carregamentos (“contém” e “pode conter”) será avaliada na reunião das Partes do Protocolo (2010), com vistas a se considerar na 6ª Reunião das Partes (2012) uma decisão das Partes que garanta que a documentação que acompanha os OVM informe que o carregamento “contém OVM”.

Outros requisitos, premissas e esclarecimentos foram definidos: 1. A documentação deve atender às exigências do país importador; 2. O OVM objeto do movimento trans-fronteiriço deve estar aprovado no país produtor; 3. A exigência de informação da documentação se refere apenas a OVM em produção comercial no país produtor; 4. A expressão “pode conter” não requer a listagem de OVM de espécie diferente daquela que constitui o carregamento (Artigo 6º); 5. Os requisitos de identificação estabelecidos nessa decisão não se aplicam ao movimento trans-fronteiriço entre as partes e não-partes, devendo ser estes, entretanto, con-

Cronologia das negociações

- 2004** 1ª Reunião das Partes. É adotada decisão de que os carregamentos com OVM destinados à alimentação humana, animal e ao processamento teriam a seguinte informação na documentação: “Pode Conter OVM”. Como cláusula voluntária, as Partes poderiam incluir detalhamento das informações sobre o OVM (nome científico, evento de transformação genética, nome comercial etc.). O Brasil defendeu essa posição, tendo em vista as características e limitações dos sistemas de transporte e comercialização de grãos (grandes volumes transportados a granel sem identificação específica por variedade);
- 2005** Na 2ª Reunião das Partes, o Brasil defendeu novamente a expressão “Pode conter OVM” para identificação de carregamentos de produtos agrícolas destinados à alimentação humana, animal ou ao processamento. Não há consenso sobre o texto final da decisão.
- 2006** Na 3ª Reunião das Partes, em Curitiba, o Brasil apresentou a seguinte proposta: a partir de 2010, todos os carregamentos seriam identificados claramente quanto à presença de um ou mais OVMs em sua constituição (Este carregamento **CONTÉM** OVM). Até 2010, seria adotada uma regra transitória.

sistentes com o objetivo do Protocolo (Artigo 4º).

Desafios

Os desafios pela frente consistem em:

- Implementar o sistema de identificação de carregamentos estabelecido na decisão para a exportação de soja (“pode conter”).
- Avaliar a capacidade de implementação de sistema que garanta a identificação de OVM nos produtos agrícolas ao longo da cadeia de produção ou diretamente nos carregamentos, considerando a possibilidade de essa medida ser obrigatória a partir de 2012.
- O impacto das exigências de documentação sobre as exportações de produtos agrícolas brasileiros, considerando a posição dos países concorrentes que não são partes do Protocolo.

Numa avaliação preliminar, as possíveis implicações da decisão passam:

- Pela necessidade de segregação das variedades geneticamente modificadas ou teste das variedades geneticamente modificadas ou teste dos carregamentos a granel, para verificar a presença de OVM, a partir de 2012;
- Por possível elevação dos custos de produção desse tipo de produto, especialmente quando mais de um

OVM daquela espécie estiver em produção comercial no País. ■

Biossegurança Longe do consenso

OS setores envolvidos nas discussões sobre a identificação de Organismos Vivos Modificados (OVMs) em cargas trans-fronteiriças cobram a posição do Brasil para o Protocolo de Cartagena, definida no dia 13 de março último.

Se os custos forem pressionados para a realização de testes e a colocação de informações detalhadas nos produtos, com a expressão “contém” transgênicos, o prazo de quatro anos para o período de transição, quando será permitido o termo “pode conter”, é considerado longo demais.

Durante uma fase de transição de quatro anos, será utilizada a expressão ‘pode conter’ seguida de todos os eventos de transformação genética aprova-

dos no país exportador. Depois, deverá ser adotada a expressão contém com a especificação dos eventos contidos no produto exportado.

As discussões da 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP 3) mostram uma lenta evolução. Na reunião anterior, realizada em 2005, no Canadá, não houve consenso sobre a identificação de OVMs porque Brasil e Nova Zelândia tinham posições distintas dos outros países, por defenderem a expressão “pode conter”. Delegados do México, por exemplo, também defendem o termo “pode conter”.

Mesmo que os 132 países signatários do protocolo tivessem chegado a um acordo, do meio do caminho até a implementação do “contém”, no Brasil, pode haver uma revisão do protocolo. Qualquer país, mesmo depois de comunicar sua posição oficial, poderá alterá-la.

A decisão brasileira favorece os concorrentes estrangeiros – americanos, canadenses, argentinos e australianos plantadores de soja, milho e outros produtos transgênicos. O Brasil é o único grande exportador agrícola vinculado ao Protocolo de Cartagena sobre Diversidade Biológica. Não é de seu interesse, portanto, assumir compromissos internacionais que encareçam e restrinjam sua capacidade exportadora, enquanto outros grandes produtores ficam livres para atuar nos mercados segundo suas conveniências. O Brasil não ficará em desvantagem, se os demais exportadores, mesmo sem participar do acordo, forem forçados, pela pressão dos importadores, a operar no mesmo sistema.

A adesão de Estados Unidos, Argentina, Canadá e Austrália às normas de rotulagem dependem da decisão e da vigilância dos países compradores. Se o Brasil, como exportador, deixar de cumprir um compromisso, os importadores poderão retaliar com a suspensão de compras. Se, no entanto, os compradores deixarem de fazer sua parte, os produtores nacionais abrirão espaço aos concorrentes. ■

* Coordenador de Biossegurança/SDA/MAPA

Infra-estrutura

O desafio da armazenagem

Dercí Alcântara*

APONTADO como um dos principais gargalos de infra-estrutura do País, o déficit na capacidade de armazenagem de grãos constitui um dos desafios a serem superados para o contínuo avanço do agronegócio brasileiro.

Atualmente, o Brasil tem capacidade estática de armazenagem de 106 milhões de toneladas, para uma produção de 113 milhões de toneladas na safra 2004/05, com previsão de 123 milhões de toneladas para 2005/06. A capacidade estática é a mesma há quase uma década, e se não houver investimentos, o Brasil chegará em 2010 com um déficit em sua capacidade de armazenagem da ordem de 50 milhões de toneladas.

Os problemas enfrentados pelo agronegócio, durante a última safra, e, consequentemente, a frustração da expectativa inicial na colheita de grãos acabaram por evitar um colapso ainda maior na capacidade de armazenagem do País.

Além da quantidade insuficiente de armazéns, estes estão concentrados no Sul, não obstante o Centro-Oeste responda por mais de 36% da produção nacional, o que acaba acentuando as dificuldades.

Durante o período compreendido entre 1994 e 2005, a capacidade estática de armazenagem do País teve um incremento de 19 milhões de toneladas, correspondente a 22%. Esse aumento foi muito inferior às expressivas taxas de crescimento apresentadas pela agricultura brasileira na produção de grãos nos últimos anos. Comparando-se o mesmo intervalo temporal, a colheita de grãos no País apresentou um incremento de 32 milhões de toneladas, correspondendo a 40%.

Diferencial

Enquanto a estrutura armazenadora brasileira cresce de forma tímida frente à produção das lavouras, os principais

concorrentes investem na estocagem como um diferencial competitivo:

- Os Estados Unidos possuem uma estrutura de armazenamento que acondiciona cerca de 2,5 vezes sua produção de grãos, em condições propícias. O país é sede de grandes companhias comercializadoras de grãos no mundo, como Cargill e Conagra, que têm sistemas completos e modernos para o armazenamento da produção.

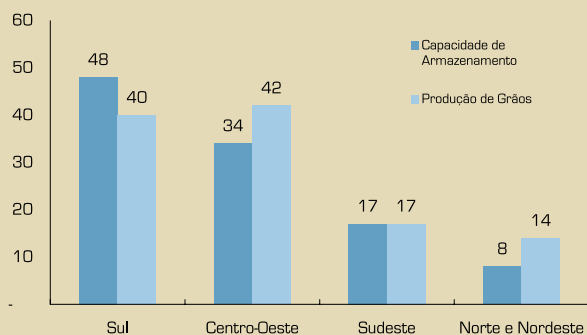
- Na França, a capacidade de armazenamento é de, aproximadamente, 150 milhões de toneladas de grãos, em boas condições (fonte: CONAB).

Além de possuir uma rede de armazenamento menor, no Brasil, cerca de 25% dos silos brasileiros são obsoletos, próprios exclusivamente para sacas empilhadas, com custos maiores, por exigirem maior mão-de-obra.

O déficit verificado na estocagem implica na redução da competitividade do produto agrícola nacional. Como forma de minimizar esse déficit, o Governo Federal estimula os investimentos direcionados para armazenagem em fazendas.

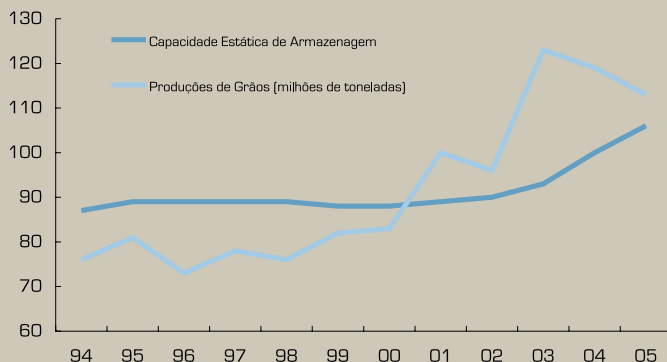
Ao investir em sistemas de armazenagem e conservação de grãos no próprio imóvel, o produtor rural reduz seus custos com armazenamento. Além disso, adqui-

Capacidade de armazenagem X produção de grãos-Safra 2004/2005 (milhões de toneladas)



Fonte: CONAB

Brasil: produção de grãos x capacidade de armazenagem (milhões de toneladas)



Fonte: CONAB

re maior autonomia na comercialização da safra. A obtenção de melhores preços reflete positivamente em sua atividade. O processamento e o armazenamento adequados são essenciais para diminuir perdas, preservar a qualidade dos produtos agrícolas, suprir as demandas durante a entressafra e possibilitar uma maior competitividade na comercialização frente aos mercados globalizados.

Silo na fazenda

Segundo estudos da Universidade Federal de Viçosa, a estrutura brasileira de armazenagem de grãos se apresenta distribuída da seguinte forma:

- 5% na propriedade agrícola (fazenda);
- 88% na coletora (cooperativa, armazém, indústria, armazéns gerais e comércio);
- 2% na intermediária (terminais intermodais);
- 5% no terminal (portos, indústria e comércio).

Nos Estados Unidos, aproximadamente 50% da capacidade total de armazenagem estão localizados na fazenda. Na Argentina e na Europa, esses índices ficam entre 30% e 35%, enquanto, no Canadá, chegam ao percentual de 80%.

Ciente das dificuldades e principalmente por considerar a importância do aumento da capacidade de armazenamento de grãos para o desenvolvimento do agronegócio nacional, o Banco do Brasil realiza diversas ações, na busca por incentivar e propiciar condições para os



produtores rurais investirem, ampliarem e modernizarem suas unidades armazenadoras de grãos.

Programa BB

Em 2004, o Banco do Brasil lançou o Programa BB de Armazenagem, para apoiar os projetos de infra-estrutura direcionados ao aumento da capacidade de estocagem de grãos no Brasil. O objetivo do Programa é incrementar a capacidade de armazenagem de grãos na ordem de oito milhões de toneladas, por meio de financiamentos aos produtores, suas cooperativas e empresas armazenadoras, sendo:

- 2004 – 2,0 milhões de toneladas
- 2005 – 2,5 milhões de toneladas
- 2006 – 3,5 milhões de toneladas

Para tanto, o BB utiliza recursos de diversas linhas de crédito, a exemplo do Pronaf, Proger Rural, Moderinfra, Prodecoop, FCO Rural e Empresarial, BNDES Automático e Fname Especial. Essa medida visa ampliar a efetividade do Programa, adequando-o aos diferentes perfis dos clientes produtores rurais.

Nesses dois primeiros anos, os valores aplicados por meio do Programa já são bastante expressivos.

Valores financiados em 2004 e 2005

Entre as regiões que mais contrataram operações, destaque para a Região Sul, com 45%; para a Região Centro-Oeste, com 39%, e para a Região Sudeste, com 11% dos negócios realizados.

Cabe registrar que, mesmo diante das dificuldades vivenciadas pelo agronegócio no ano de 2005, com destaque para as intempéries climáticas e a relação real x dólar, as metas do Programa têm sido alcançadas.

O Banco do Brasil tem adotado, ainda, medidas com o objetivo de melhorar seu processo de concessão de crédito para investimentos, agilizando e automatizando procedimentos, e aprimorando parcerias com empresas que fabricam e comercializam máquinas e equipamentos; ações que deverão contribuir para ampliar os financiamentos de estruturas de armazenagem, em 2006. ■

Valores financiados em 2004 e 2005

Ano	Valor financiado (R\$ milhões)	Volume correspondente em capacidade de armazenagem (milhões de toneladas)
2004	224	2,1
2005	298,6	3,2
Total	522,6	5,3

Fonte: Banco do Brasil

* Diretor de Agronegócios do Banco do Brasil

Agroenergia

Álcool ou açúcar, para onde vai a produção?

PRESSIONADO pela expectativa internacional de escassez em médio prazo, o preço do açúcar na Bolsa de Nova York subiu com força intensa. Essa escalada muda de figura o cenário da cadeia sucroalcooleira. Mesmo com a alta do petróleo e a demanda aquecida nos combustíveis, o mercado especula até que ponto as usinas brasileiras optarão pela produção de álcool, e não pela de açúcar.

De fato, com as cotações nos níveis internacionais atuais, a tendência será destinar maior parcela de cana para a fabricação de açúcar, em vez de álcool. Essa hipótese põe em risco a oferta do com-

bustível no mercado interno. O intervalo de paridade para o preço do litro de álcool vai de R\$1,40 a R\$1,50.

Cerca de metade da safra brasileira de açúcar para a temporada 2006/07 já foi vendida e os preços fixados variam entre 11 a 12 centavos de dólar por libra-peso. A disparada das cotações pegou de surpresa muitas usinas, principalmente aquelas que fecharam seus preços no mercado futuro por esses valores. Como a cada salto nos preços é preciso cobrir a diferença nas operações de mercado futuro, parte do capital de giro da usina fica comprometida.

A criação de instrumentos para a formação de estoques de álcool é agora o maior desafio para o setor superar. Com a manutenção dos preços do açúcar em elevado patamar, o risco de uma escassez de álcool combustível poderá ocorrer antes de meados de janeiro, como aconteceu neste ano.

O não-cumprimento dos acordos assinados, em janeiro, pelo governo gerou desgaste para todos os lados. A questão pendente é que, na condição de produto estratégico, o álcool necessita de uma política de estocagem definida. Um armazenamento de 5 bilhões de litros seria suficiente para evitar a oscilação de preços, mas envolveria cerca de R\$3,5 bilhões para garantir a estocagem.

Se, no passado, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) proibiu a formação de estoques por parte das usinas, porque configuraria cartel, hoje, a estocagem na área privada se depara também com a pressão do custo, diante dos atuais níveis dos juros reais.

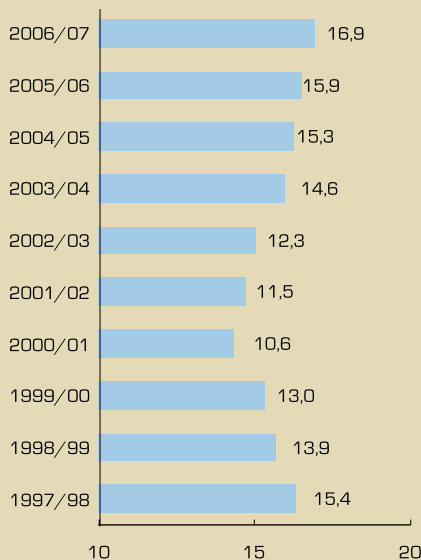
Vendas de flex

No Brasil, nos dois primeiros meses deste ano, as vendas de carros bicomcombustíveis representaram 80% do total de veículos de passeio que saíram das montadoras, segundo a Anfavea (Associação Nacional dos Produtores de Veículos Automotores). Em 2005, elas corresponderam a 53,6% do total, o equivalente a 866.200 unidades. Isso fez o consumo do álcool nas bombas aumentar 26,23% no ano passado, segundo o Sincopetro (Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo).

Para conter os avanços do preço do combustível no mercado nacional, a União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (Unica) espera produzir mais de um bilhão de litros de álcool em 2006. De acordo com a entidade, a produção nacional de álcool deste ano superara os 17 bilhões de litros da safra anterior. Com isto, o País deverá ultrapassar a produção de 2005 e evitar, para 2007, outra escassez do produto no mercado interno, na entressafra.

Dados da Unica indicam a expansão na produção, face à entrada em operação de

Brasil: produção de álcool
Bilhões de litros.



Fonte: UNICA

Ganhos de produtividade

Item	1990	2005
Produtividade: tonelada por hectare	80 a 90	95 a 110
Cortes	3 a 4	5 a 7
Litro de álcool por tonelada de cana	90	100
Quilo de açúcar por tonelada de cana	75	105

Fonte: UNICA



novas usinas de açúcar e álcool, com incremento extra de 6 milhões de toneladas de cana. As unidades estão localizadas na região Centro-Sul. Até 2008, serão mais 51 plantas e 1,2 milhão de hectares de cana plantados.

Os consumidores ainda terão de arcar com o alto preço do álcool, até princípio de junho. O período de preço aquecido se estende porque a antecipação da safra da cana-de-açúcar não atingiu a todas as usinas. De acordo com a UNICA, 93% das usinas estarão em colheita, até o final de abril.

Diante do bom momento vivido pelo setor, os investimentos nele em tecnologia e produção não param. Os índices de produtividade apresentam nítida melhoria com o desenvolvimento genético das plantas, o emprego de colhedoras mais modernas no campo e a introdução de equipamentos de tecnologia de ponta nas unidades produtoras de açúcar e álcool. ■

Agroenergia

Brasil pleiteia cota nos EUA

O Brasil pretende solicitar aos Estados Unidos uma cota de exportação de etanol livre de tarifas de importação, equivalente a 5% do consumo interno americano (14 bilhões de litros). Caso o plano seja bem-sucedido, as exportações brasileiras livres da atual taxa de US\$0,54 por galão, acrescida de alíquota *ad valorem* de 2,5%, somariam inicialmente 700 milhões de litros por ano.

O “Energy Act 2005”, assinado pelo presidente Bush no referido ano, estabeleceu incentivos para uso e produção de energia renovável nos EUA. A lei tornou obrigatório o uso de 4 bilhões de galões (15,1 bilhões de litros) de combustíveis renováveis em 2006 e prevê um volume crescente até atingir 7,5 bilhões de galões em 2012. Hoje, os EUA operam no limite de sua capacidade e a demanda supera ligeiramente a produção.

O Brasil pode cooperar com o “Sugar Cane Ethanol Program” (previsto no “Energy Act 2005”) com tecnologia, equipamentos, co-geração, implementos agrícolas e logística, entre outros pontos.

Com exportação de álcool para 30 países, em 2005, os embarques nacionais seguem em alta, impulsionados pelas medidas de proteção ambiental adotadas por mais países.

- O Japão planeja misturar 3% de etanol na gasolina (60 bilhões de litros por ano);
- Projeto de cidades-piloto no etanol, em Nuremberg (Alemanha).
- Produção de etanol no sul da África, com tecnologia brasileira e financiamento britânico.
- Desenvolvimento da indústria de etanol em países da União Econômica e Monetária do Oeste da África (Benin, Burkina Faso e Costa do Marfim).
- Produção de etanol a partir da cana na Venezuela.
- Parceria com a Índia, o maior importador do produto brasileiro (411 milhões de litros em 2005). ■

Açúcar

UE fixa data para atender à OMC

DELEGADOS do Brasil debatem como a União Européia reagirá à determinação da OMC de retirar do mercado internacional o excesso de açúcar subsidiado. Os europeus prometem ao Brasil interromper a emissão de licenças para exportação do açúcar produzido na União Européia (UE) a partir de 22 de maio. Para 2007, as licenças estarão limitadas ao volume permitido pela OMC, de 1,2 milhões de toneladas por ano.

A decisão está relacionada à disputa vencida pelo Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC), para que a UE reduza os subsídios ilegais, prejudiciais às exportações brasileiras. Pela lei, os europeus podem exportar até 1,2 milhão de toneladas de açúcar subsidiado. Mas o Brasil, com o apoio da Austrália e da Tailândia, provou que os europeus colocavam a cada ano mais de 4 milhões de toneladas de açúcar subsidiado no mercado.



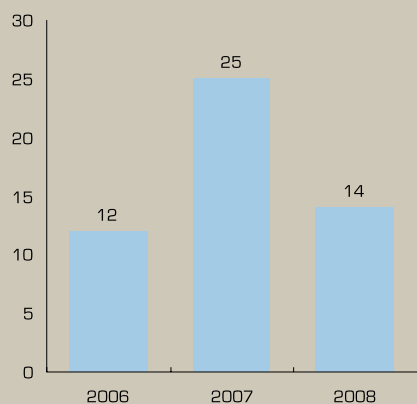
Esse volume provoca duas consequências negativas para o Brasil: a concorrência desleal dos europeus em terceiros mercados e a depressão dos preços internacionais do produto.

A desconfiança surge com a possibilidade de uma emissão de licenças de exportação acima do permitido, o que violaria a determinação da OMC. Segundo o governo brasileiro, não há como saber, por enquanto, se essa violação ocorreu ou

não, já que os técnicos ainda não contam com os números finais das exportações realizadas pelos europeus em 2005.

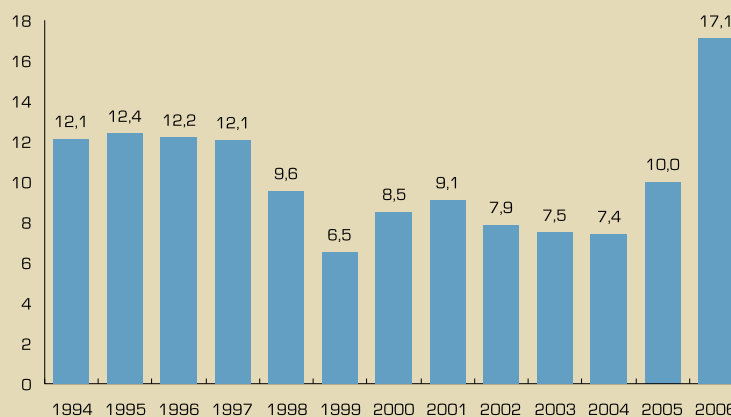
Com o sistema de subsídios montado nos últimos 40 anos, os europeus passaram da condição de importadores de açúcar para exportadores, apesar de a produtividade ser muito menor que a do Brasil. Se os europeus não cumprirem a determinação da OMC, poderão sofrer retaliações por parte do País. ■

Novas usinas de açúcar e álcool



Fonte: UNICA

Cotação do Açúcar na Bolsa de Nova York (Dólar por libra-peso)*



Fonte: Bolsa de Nova York * 2006: estimativa.

Qualiagro

Melhorar sempre

A manutenção de posições conquistadas e a obtenção de novos espaços no **mercado internacional** pelo agronegócio brasileiro são tarefas que requerem a mobilização de nossas capacidades de:

- a) negociação;
- b) empreender condições difíceis em relação aos nossos concorrentes;
- c) uso efetivo da produção técnico-científica nacional;
- d) improvisar e inovar nas questões atinentes ao pós-colheita e seqüência de operações até os estágios finais da comercialização dos produtos.

Trata-se de obter novos formatos de gestão. De um lado, no sentido de aprimorar a coordenação intercadeias de parte do setor privado. De outro, de sincronizar as ações do governo e do setor privado, de forma que os interesses da nação possam prevalecer sobre eventuais questões ideológicas e de interesses particulares no plano das negociações internacionais.

A sistematização do agronegócio à base de **processos** controlados e previsíveis permite gerir a qualidade e a sanidade dos produtos, com vistas a oferecer aos consumidores a segurança do alimento. Por outra parte, cria as condições para aprimorar a gestão dos riscos sanitários, cada vez mais presentes no cenário e mais exigentes na sua identificação e solução.

A generalização da abordagem de processos assegura a aplicação das ferramentas relacionadas ao marketing, como o desenvolvimento de produtos e a inteligência de mercado, entre outras formas de agregar valor às mercadorias.



A atenção aos produtos que chegam ao mercado na condição de *commodities*, em grandes volumes, não deve impedir o desenvolvimento da capacidade de disputa no mercado com produtos de qualidade e alto valor agregado.

A questão do alimento seguro, hoje, é palavra-chave no dicionário do acesso aos mercados mais sofisticados e em condições de remunerar melhor os produtos. Sem a garantia de que são seguros,

quaisquer produtos tendem a estar fora do mercado. A recente aprovação da norma ISO 22.000 para a gestão de cadeias de alimentos evidencia a tendência e o tratamento prioritário que a Europa, particularmente, mas em consonância com o restante do mundo representado na instituição, estão concedendo à questão do alimento seguro.

Uma das estratégias essenciais nos trabalhos do QUALIAGRO é dar con-

sistência à intenção de disputar os mais diversos mercados, junto a compradores pequenos, médios e grandes, em todas as latitudes do Planeta, consolidando a vocação do Brasil para a liderança no mercado mundial do agronegócio.

Busca-se, no plano setorial, efetivar a formulação, o financiamento e a implementação de uma versão do Programa de Tecnologia Industrial Básica e Serviços Tecnológicos para a Inovação e a Competitividade.

O Programa de Tecnologia Industrial Básica (TIB) nasceu na década de 80, numa ação conjunta do Ministério da Indústria e Comércio, do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, no escopo do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico-PADCT, financiado pelo Banco Mundial.

Rapadura

As discussões realizadas em reunião técnica efetivada este mês, no Instituto de Tecnologias do Paraná-TECPAR*, indicam a conveniência de aprofundar a formulação, enquanto se buscam as condições para aumentar o aproveitamento das disciplinas da TIB no âmbito setorial, a exemplo da PIF-Frutas, que vem apresentando resultados satisfatórios.

Os custos financeiros e mercadológicos de situações como os registros no exterior de marcas como “rapadura” e “Cupuaçu” caracterizam a problemática mencionada e a sua situação atual.

Ainda é cedo para prever os desdobramentos, mas já encontra consenso em várias instâncias técnicas o potencial de uso das disciplinas da TIB (regulamentação técnica, normalização, avaliação da

conformidade, além de metrologia legal e científica) no agronegócio, o que não se limita ao cumprimento de eventuais exigências de mercados. Dar alguns passos nessa direção é imperativo, para se manter a competitividade.

Ademais, o propósito de um programa **TIB - Agronegócio** não seria mudar o que é bom, mas introduzir “boas práticas e melhoria contínua” onde apenas é necessário melhorar. Nesse sentido, é preciso investir onde houver deficiência.

Não há muito tempo para o País realizar investimentos relevantes, por exemplo, na organização e na gestão da área de propriedade intelectual, na qual temos sido surpreendidos com as mais diversas mazelas que, muitas vezes, acarretam custos, e outras, implicam em prejuízos. Nessa área, o volume de investimento que fizemos no desenvolvimento de conhecimento e tecnologia em “agricultura tropical” recomenda diligência na proteção desse patrimônio¹.

Na área da **regulamentação técnica**, são conhecidas as avaliações positivas de técnicos e instituições estrangeiras sobre a qualidade das equipes técnicas e a tradição de regulamentos supridos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a exemplo do SIF, que já é quase centenário.

Nesse segmento, parece essencial implementar uma programação de atualização dos mencionados **regulamentos técnicos**, bem como complementar a respectiva harmonização com os congêneres estrangeiros. Tudo sob a perspectiva dos compromissos assumidos no âmbito da OMC e do TBT, sem deixar de ter em conta as diretrizes e orientações da OIE.

No campo da **normalização**, há um maior volume de carências. A falta de tradição e o costume de trabalhar com de-

finições apenas da esfera governamental acabam por deixar o setor desguarnecido. O processo de atualização e submissão às boas práticas da **regulamentação técnica** pode contribuir decisivamente no avanço da normalização, num momento em que a “regulamentação técnica cada vez mais se apoia na normalização”.

É, portanto, a oportunidade para a construção de um novo ciclo virtuoso para a competitividade do agronegócio. Trabalhar para melhorar, ao mesmo tempo, as duas ferramentas, para que elas possam ser usadas de forma articulada.

Quanto à **avaliação da conformidade**, há ainda muito para avançar. Não obstante a existência de processos como as declarações de fornecedor, o caminho normal é o das certificações de segunda ou terceira parte nos termos do SINMETRO² e alinhados com a sistemática internacional.

Quanto à área metrológica, são conhecidas algumas necessidades no campo laboratorial, cujo levantamento detalhado está em curso no QUALIAGRO. Além disso, é preciso formar profissionais que contribuam no conhecimento e na operação de processos novos acoplados aos chamados novos **marcos regulatórios**.

A operação desses novos marcos poderá ter, nas **regiões**, postos avançados, por meio da estruturação das **entidades tecnológicas setoriais** que requererão adaptação para o agronegócio, mas poderão contribuir de forma marcante na estruturação e consolidação dos arranjos produtivos locais. ■

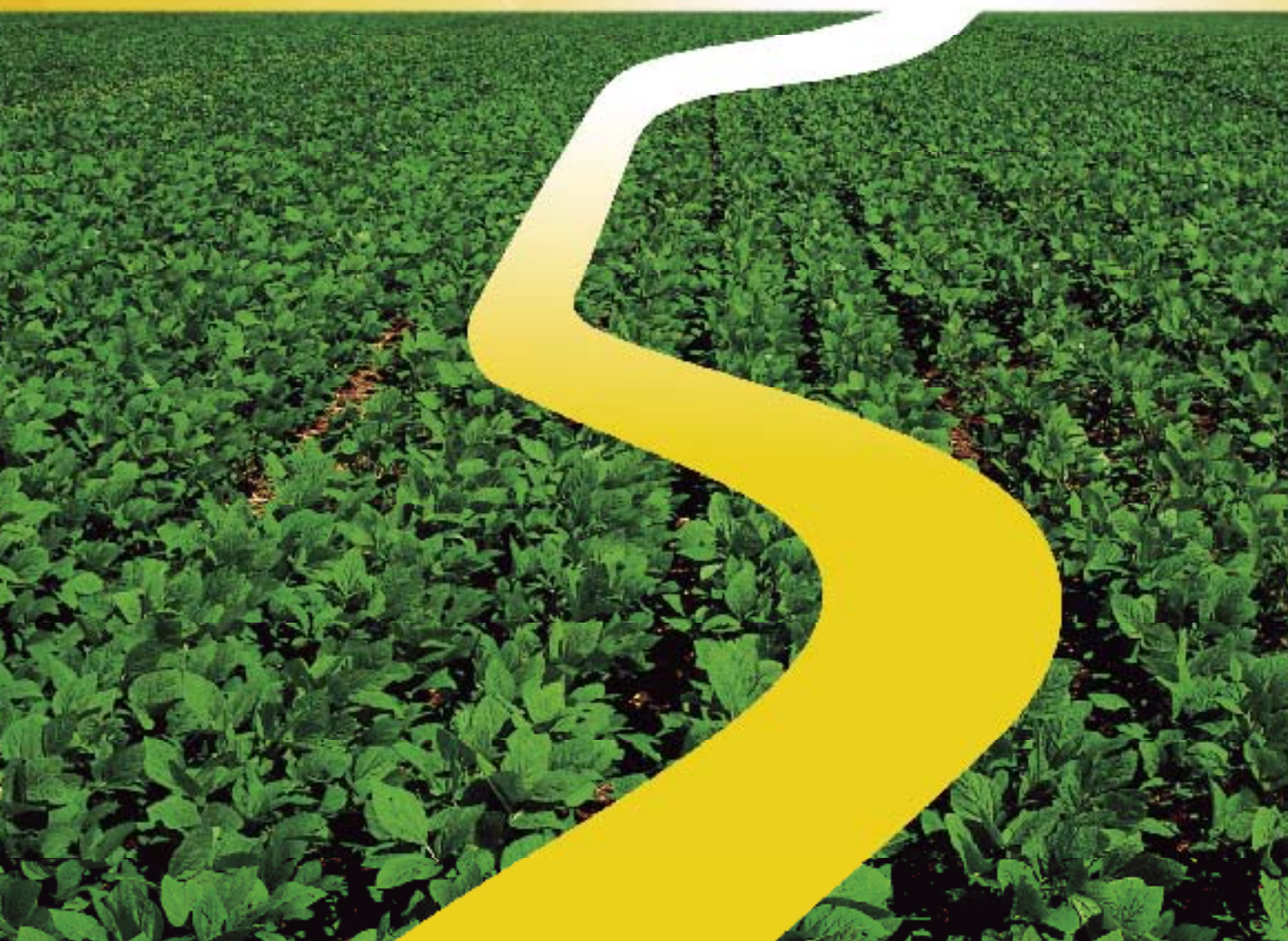
* O presente documento resume as conclusões da reunião técnica realizada no TECPAR, em 09.03.2005, como parte de estruturação da TIB para o Agronegócio.



CONGRESSO
BRASILEIRO DE
AGRIBUSINESS

19 e 20 de Junho
Hotel Gran Meliá WTC
São Paulo

O caminho sem pedras para o futuro.



Legislação

Questionar a dívida

Luiz Augusto Germani *

MUITO se valoriza as empresas que tenham implantado atividades com vistas ao social e ao bem comum. Nada mais nobre e digno, independentemente do objetivo final de, eventualmente, buscar a fixação de uma imagem voltada ao consumidor ou a parceiros comerciais.

A atividade agropecuária tem no social uma função obrigatória. Se não for cumprida, por meio de índices mínimos de produtividade, tornará possível a substituição compulsória do gestor do empreendimento (proprietário rural), pela desapropriação de seus meios de produção (a terra e suas benfeitorias). Muitos discordam disso, sob a alegação de que o setor recebe tratamento desigual em relação aos demais.

Como a Lei de Política Agrícola apreço que o abastecimento alimentar é condição básica para garantir a tranquilidade social, a ordem pública e o processo de desenvolvimento econômico e social do campo, faz sentido a exigência de cumprir a função social estabelecida na Constituição Federal.

Os críticos da exigência do cumprimento da função social na atividade rural possuem, na própria Constituição, uma compensação a ser exigida para o setor: a atividade rural deve ter, conforme o artigo 187 da Constituição Federal, *“instrumentos creditícios”* próprios, *“seguro agrícola”* e, principalmente, *“preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização”*.

Diante disso, a exigida função social da atividade agropecuária é uma ‘via

de mão dupla’, pois impõe ao produtor rural não só obrigações, conforme estabelecido no artigo 186 da Constituição, mas os direitos estabelecidos no artigo 187 da Carta Maior.

Entre os direitos fixados pela Constituição e o endividamento da agropecuária, ficam certas dissonâncias.

De acordo com a Medida Provisória 2196, de 24 de agosto de 2001, a União ficou autorizada, nas operações originárias de crédito rural, alongadas ou renegociadas, com base na Lei nº 9.138, de 1995, pelos bancos federais (BB, BASA e BNB) a:

I - dispensar a garantia prestada pelas referidas instituições financeiras nas operações cedidas à União;

II - adquirir, junto às empresas integrantes do Sistema BNDES, os créditos decorrentes das operações celebradas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador;

III - receber, em dação em pagamento, os créditos contra os mutuários;

IV - adquirir os créditos correspondentes às operações celebradas com recursos das referidas instituições financeiras; e

V - receber, em dação em pagamento, os créditos correspondentes às operações celebradas com recursos do Tesouro Nacional.

A MP 2196 estabeleceu também que: na inadimplência dos créditos adquiridos ou recebidos em pagamento pela União, os encargos da mora estarão limitados à incidência, sobre o valor inadimplido corrigido até a época da dação, da taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, acrescida de juros de mora de 1% ao ano.

Enfim, para aliviar as “contas a receber” dos bancos federais, o governo transferiu para o Tesouro Nacional os débitos agrícolas existentes. A dívida agrícola originária da securitização e do Pesa foi transformada em dívida fiscal e tributária.

Para o produtor rural, isso significa que a sua dívida fique inscrita na Dívida Ativa da União, seu nome pode ser inscrito no CADIN (Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais) e seu débito pode ser cobrado em Execução Fiscal.

Quando cobrado pela Receita Federal, o agricultor perceberá o crescimento de sua dívida, ao longo de sessenta meses. Se recorrer para a Instância Superior, no caso, o Conselho de Contribuintes, estará sujeito ao depósito de 30% do valor do débito.

Caso não obtenha sucesso no Conselho, o agricultor poderá ainda apelar para o Judiciário, sob a alegação da natureza excepcional do crédito rural, tendo em vista a função social da atividade. ■

* Professor de Direito Agrário da FGV. e-mail: germani@germaninet.com.br

Produzir

TV Digital como moeda de troca

João Sampaio, Presidente da Sociedade Rural Brasileira



MARCADA por discussões entre ministros, críticas acerca do pouco debate com a sociedade, idas e vindas com relação à adoção de formatos já existentes (Japão, Estados Unidos ou União Européia), cogitou-se até o desenvolvimento de uma tecnologia nacional, o governo está prestes a decidir o padrão tecnológico para o Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTD).

O objetivo deste artigo é chamar a atenção para que um acordo dessa natureza, com envolvimento de cerca de R\$ 7 bilhões apenas na transição do modelo analógico para o padrão digital, segundo estimativas do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento em Telecomunicações (CpQD), deva incluir na mesa de negociações uma pauta mais ampla de debates.

A busca por um comércio mais justo permeia a necessidade dos países em desenvolvimento, em especial, aqueles grandes exportadores agrícolas. A agricultura é blindada pelo protecionismo dos países ricos. É nítido o abismo na velocidade da abertura dos setores industrial e de bens e serviços frente o agrícola. Uma agenda mundial voltada ao crescimento precisa intercalar e somar oportunidades entre as nações.

O Brasil deve contemplar um planejamento global para o avanço da sua economia. O processo da escolha do padrão da TV Digital deve ser discutido como moeda de troca no comércio agrícola internacional.

Nas negociações com o governo brasileiro, japoneses, europeus e estadunidenses estão de olho no potencial de

um mercado consumidor de aproximadamente 190 milhões de habitantes e 70 milhões de aparelhos. Se implementarem seu padrão como referência para o nosso modelo, abrirão novas frentes para exportação de tecnologia e equipamentos. Serão abocanhados:

- US\$ 5 bilhões na venda de aparelhos conversores das TVs digitais;
- R\$ 1,5 bilhão na substituição dos sistemas de transmissão;
- R\$ 500 milhões na digitalização dos estúdios das emissoras de TV.

Por outro lado, Japão, Estados Unidos e União Européia são os principais limitadores para o acesso a seus mercados agrícolas, embora desejem sempre uma maior abertura das áreas de bens e serviços e indústria dos países em desenvolvimento.

Em 2005, o Brasil exportou para o Japão, o mais cotado para vencer a disputa da TV Digital, cerca de US\$ 1,6 bilhão em produtos agropecuários. Os principais produtos exportados foram a carne de frango “*in natura*” (US\$ 687 milhões); café em grãos (US\$ 234 milhões); celulose (US\$ 131 milhões); soja em grãos (US\$ 97 milhões); álcool etílico (US\$ 93 milhões); e suco de laranja (US\$ 75 milhões), segundo dados do Ministério da Agricultura.

Estudos da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) indicam que um corte de 50% nas tarifas e subsídios à exportação, em termos globais e para todos os setores, e uma redução de 50% no apoio doméstico à agricultura nos seus países membros (EUA e Japão) proporcionariam um ganho de bem-estar ao Brasil de US\$ 1,7

bilhão, equivalente a aproximadamente 0,3% do PIB.

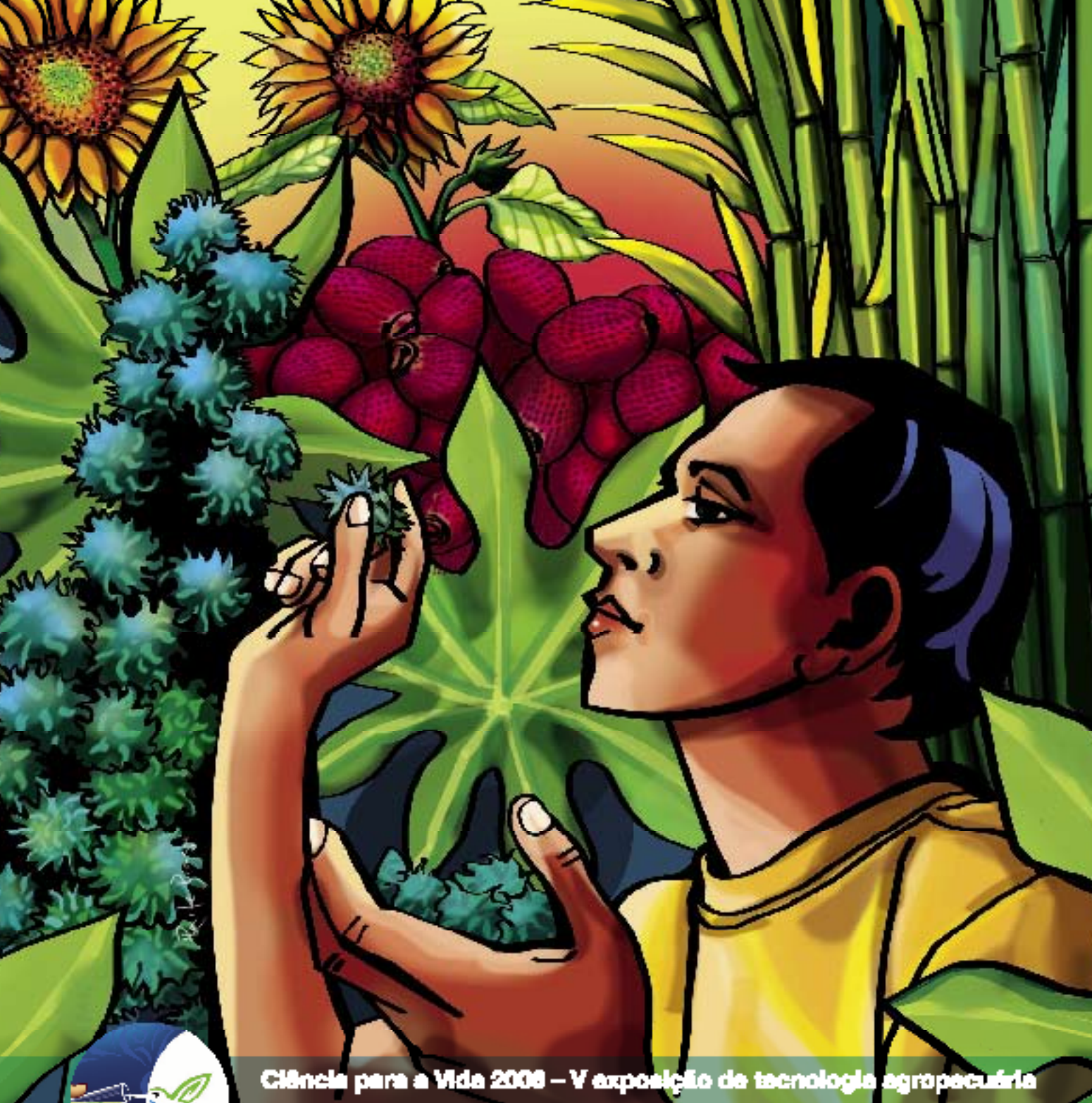
Cerca de 59% da melhoria de bem-estar decorreriam das reduções tarifárias sobre produtos agropecuários pelos membros da OCDE. O Brasil conquistaria mais da metade de todos os ganhos dos países em desenvolvimento decorrentes das reformas agrícolas dos países da OCDE.

Vale destacar o exemplo do setor de carnes. O Japão é um dos mercados mais lucrativos para os exportadores de carne bovina, mas não compra o produto brasileiro por restrições sanitárias. Os japoneses não aceitam a regionalização do programa brasileiro que divide o País em áreas livres ou com risco de febre aftosa. O mesmo acontece para a carne suína.

A bem da verdade se trata de uma barreira não-tarifária disfarçada de medida sanitária. A aftosa é uma doença “econômica” utilizada no jogo do comércio agrícola internacional como álibi para manutenção de mercados fechados.

É com base neste cenário que o processo de escolha da TV Digital poderia ter funcionado como gancho para construção de um debate mais produtivo acerca das distorções do comércio agrícola internacional. Faltou percepção do governo de que se tratava de uma oportunidade concreta e de forte impacto para pressionar os países ricos a reverem seu arcabouço protecionista.

Como brasileiro, eu gostaria de ter o prazer de conferir uma transmissão da TV Digital com base no padrão japonês, ao mesmo tempo em que os japoneses estivessem provando um churrasco com a carne nacional. ■



Ciência para a Vida 2006 – V exposição de tecnologia agropecuária

**VEJA, ESCUTE E SINTA COMO A PESQUISA AGROPECUÁRIA
ESTÁ PRESENTE EM TODOS OS MOMENTOS DA SUA VIDA.**

Exposição de produtos e tecnologias agropecuárias, feira de livros, curadoria de cozinha experimental, atividades interativas e educativas, música, teatro e pintura. De 24 a 28 de abril, das 10h às 22h, na sede da Embrapa – Avenida Brasil. Mais informações: www.embrapa.br

Atividade Cultural: Teatro: Monólogo Estranho – dia 24/04, às 17h e dia 25 às 11h e 17h • Teatro Infantil: Monocórdia de Plágios – dias 28/4, às 11h e 22h e dia 29 às 18h • Música: Sérgio Reis e filhos, violão e violinos – dia 28/04, às 21h

Parceiro

Ministério da
Ciência e Tecnologia

Ministério do
Desenvolvimento
Agrário

AGROPECUÁRIA

Organização

EMBRAPA

Presença

Embrapa

Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento

RSL
UNIVERSIDADE
RIO DE JANEIRO

Estamos reforçando o elenco, para você fazer bonito no campo.



Junte-se ao time que só pensa em conquistas quando o assunto é o campo. Filie-se à Associação Brasileira de Agribusiness para integrar-se estrategicamente a entidades e pessoas representativas do agronegócio brasileiro. Na Abag, você terá oportunidade de contribuir para o desenvolvimento de planos político-estratégicos em defesa do setor e fomentar a divulgação do complexo agroindustrial brasileiro, aqui e no exterior.

Abag: você e sua empresa no campo, para vencer. www.abagbrasil.com.br tel (11) 3335 3100

